



# RELATÓRIO DE **GESTÃO**

20

24



# **GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**

**HELDER ZAHLUTH BARBALHO**

Governador do Estado do Pará

**HANA GHASSAN TUMA**

Vice - Governadora

**EVANDRO GARLA PEREIRA DA SILVA**

Secretário de Estado de Justiça

**RAIMUNDO GUIMARÃES FELIZ**

Secretário Adjunto de Estado de Justiça

**NATÁLIA MATOS**

Chefia de Gabinete

**RENATA CRISTINA BLANCO RODRIGUES HAGE**

Diretoria de Justiça

**GAREZA CALDAS DE MORAES**

Diretora de Proteção e Defesa do Consumidor

**ROSIANE ANDRADE TERRA**

Diretoria Administrativa e Financeira

**CIMARA VIDAL DA FONSECA**

Ouvidora

# **NÚCLEO DE PLANEJAMENTO**

Equipe

**MIRIAM ROSE DA FONSECA BITAR**

Coordenadora do Núcleo de Planejamento

**ANA CRISTINA DE ANDRADE CASTRO MARQUES**

Terapeuta Ocupacional

**JOSSEMIR PAULO SILVA DE BRITO**

Técnico em Gestão de Justiça - Administrador

**JEANETE DA SILVA GOMES**

Técnica em Gestão de Justiça - Assistente Social

**MARCO ANTÔNIO HOMCI**

Técnico em Gestão Pública - Contador

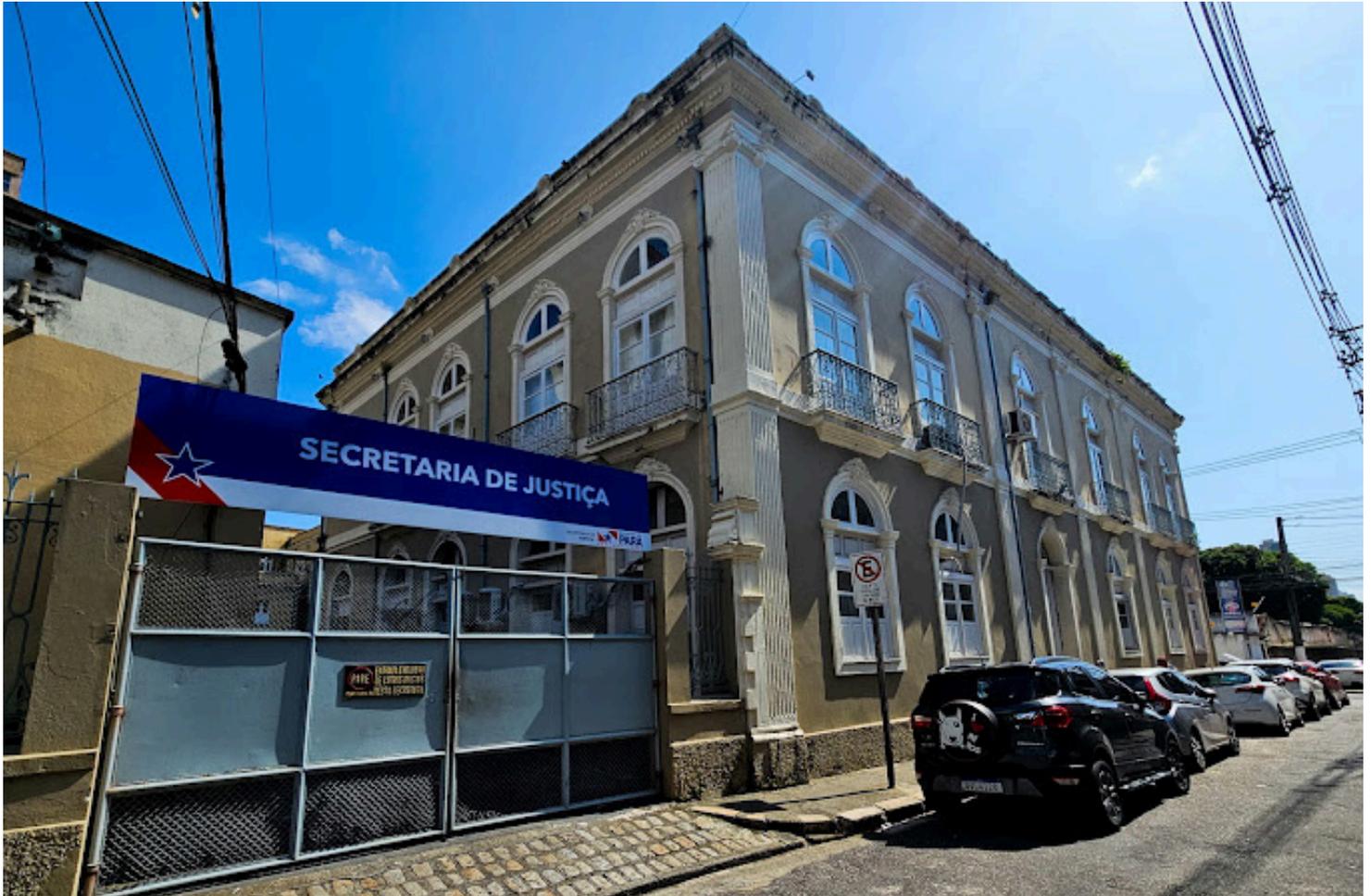
**ELIAS MELO MOUGO**

Assistente Administrativo

# SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	7
<b>PRINCIPAIS DESTAQUES 2024</b> .....	10
<b>PROGRAMAS, OBJETIVOS E AÇÕES: O QUE FIZEMOS EM 2024</b> .....	19
<b>PROGRAMA: CIDADANIA, JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS</b> .....	19
<b>OBJETIVO : PROMOVER IGUALDADE RACIAL E DIREITOS HUMANOS</b>	
8799 - Apoio aos Conselhos Representativos da Sociedade Civil .....	19
2265 - Capacitação em Justiça, Igualdade Racial e Direitos Humanos .....	23
2266 - Promoção do Acesso ao Registro Civil .....	31
8214 - Implementação de Programas de Proteção a Pessoas Ameaçadas .....	36
8211 - Realização de Caravanas de Cidadania e Direitos Humanos .....	38
<b>OBJETIVO : PROMOVER AÇÕES DE JUSTIÇA E DIREITOS DIFUSOS</b>	
8801 - Promoção dos Direitos Difusos .....	45
8803 - Fiscalização de Estabelecimentos Comerciais, Produtos e Serviços .....	49
2272 - Promoção de Ações Educativas sobre Drogas .....	53
2270 - Apoio a Eventos de Promoção da Justiça, Cidadania e Direitos Difusos.....	60
2271 - Promoção de Ações de Justiça e Cidadania .....	71
<b>PROGRAMA/FEDDD: CIDADANIA, JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS/FEDDD</b> .....	81
8801 - Promoção dos Direitos Difusos – Atendimento e Orientação ao Consumidor.....	81
8803 - Fiscalização de Estabelecimentos Comerciais, Produtos e Serviços para Garantia dos Direitos do Consumidor .....	81
<b>PROGRAMA: GOVERNANÇA PÚBLICA</b> .....	82
<b>OBJETIVO : APRIMORAR O DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS</b>	
2245 - Capacitação de Servidores Públicos .....	82

<b>PROGRAMA: MANUTENÇÃO DA GESTÃO.....</b>	<b>82</b>
<b>OBJETIVO : VIABILIZAR A GESTÃO ADMINISTRATIVA DO ESTADO.....</b>	<b>82</b>
4668 - Abastecimento de Unidades Móveis do Estado .....	82
8311 - Concessão de Auxílio Alimentação.....	83
8312 - Concessão de Auxílio Transporte .....	83
8338 - Operacionalização das Ações Administrativas .....	83
8339 - Operacionalização das Ações de Recursos Humanos .....	83
<b>EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PPA 2024/SEJU .....</b>	<b>84</b>
Análise do aspecto geral do orçamento .....	85
Análise segundo o grupo de despesas e fontes de recursos .....	86
<b>AÇÕES DA OUVIDORIA DA SEJU .....</b>	<b>87</b>
<b>ANEXO: RELATÓRIO FOTOGRÁFICO DAS AÇÕES.....</b>	<b>90</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	



## SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA

Endereço: Rua Vinte e Oito de Setembro, nº 339, Campina, Belém/PA,  
CEP 66010-100

# APRESENTAÇÃO

A Secretaria de Estado de Justiça (SEJU), instituída pela Lei Estadual nº 7.029/2007 e atualizada pela Lei nº 9.927/2023, tem como missão planejar, coordenar e conduzir políticas públicas voltadas à justiça, defesa do consumidor, proteção ambiental, patrimônio cultural e outros interesses difusos. Suas ações seguiram as diretrizes da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), da Lei Orçamentária Anual (LOA) e do Plano Plurianual (PPA) 2024-2027, no eixo de Desenvolvimento Social, alinhadas às diretrizes “Sociedade de Direitos” e “Crescimento Inteligente”.

O alcance das metas da SEJU, foi garantido pela atuação integrada e estratégica de nossas diretorias, cuja estrutura de gestão foi determinante para os resultados práticos. A Diretoria de Administração e Finanças exerceu um papel essencial para garantir a gestão eficiente dos recursos financeiros e administrativos, promovendo transparência e otimização no uso dos recursos. A Diretoria de Proteção e Defesa do Consumidor consolidou-se como um pilar fundamental na garantia dos direitos dos consumidores. A Diretoria de Justiça desempenhou um papel vital na promoção da cidadania, na garantia dos direitos fundamentais, na justiça social e no apoio às populações vulneráveis. O Núcleo de Planejamento destacou-se na gestão do planejamento e execução orçamentária, garantindo o alinhamento das ações da secretaria aos objetivos institucionais e promovendo análises que subsidiaram decisões estratégicas, assegurando, assim, a alocação eficiente dos recursos. A integração entre os diferentes setores foi decisiva para o cumprimento das metas e o fortalecimento das políticas públicas.

O Relatório de Gestão 2024 destaca as principais iniciativas e conquistas da SEJU ao longo do ano, reforçando o compromisso com a descentralização e o fortalecimento do atendimento regionalizado.

Núcleos Regionais de Justiça, estrategicamente localizados em Altamira, Breves, Paragominas, Marabá, Santarém e Xinguara, desempenharam um papel fundamental ao oferecer respostas rápidas e eficazes às demandas locais.

As demais Regiões de Integração, como Araguaia, Guajará, Guamá, Lago de Tucuruí, Rio Caeté, Tapajós e Tocantins, foram atendidas pela equipe da sede administrativa de Belém, garantindo equidade no acesso aos serviços públicos e otimizando a eficiência no atendimento regional. Paralelamente, a SEJU implementou ações integradas que consolidaram parcerias institucionais e abordagens participativas, alcançando populações ribeirinhas, quilombolas e outras comunidades vulneráveis, assegurando o acesso a direitos essenciais e reafirmando o compromisso com a inclusão social e o desenvolvimento sustentável.

Dentre as regiões atendidas, o Marajó destacou-se pelos desafios socioeconômicos significativos, como altos índices de pobreza e acesso limitado a serviços essenciais. Para enfrentar esse cenário, a SEJU intensificou, em 2024, ações estratégicas voltadas para ampliar o acesso ao registro civil, assegurando o direito à cidadania e aos demais serviços e políticas públicas. Ressalte-se que a Secretaria capacitou agentes públicos, lideranças comunitárias e jovens para atuarem como multiplicadores, garantindo que a cidadania alcançasse populações frequentemente marginalizadas. Por meio de parcerias intersetoriais e metodologias participativas, a SEJU reforçou seu papel institucional na promoção de mudanças socioeconômicas e socioambientais, ampliando a inclusão social e impulsionando o desenvolvimento sustentável em regiões desafiadoras.

Essas iniciativas estão alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU, configuradas pelas ODS 3 - Promoção da saúde e bem-estar, ODS 10 - Redução das desigualdades, e a ODS 16 - Construção de instituições eficazes, todas foram pilares das ações da SEJU,

que busca constantemente inovar na prestação de serviços e no atendimento às necessidades regionais, possibilitando respostas rápidas e eficazes às demandas das comunidades. A ampliação do registro civil combateu a exclusão social, enquanto as capacitações fortaleceram agentes públicos e comunitários, criando redes de apoio mais amplas e acessíveis.

A participação ativa da SEJU no planejamento estratégico estadual, representado pelo PPA 2024-2027 e pelo programa Pará 2050, evidenciou a integração de suas políticas às demandas da sociedade. Esses instrumentos orientaram as ações institucionais, priorizando eficiência, transparência e resultados concretos. A atuação da Secretaria destacou-se em etapas como a escuta social promovida pela SEPLAD nas 12 regiões do estado e a formulação de propostas voltadas à redução das desigualdades sociais, com atenção especial à região do Marajó.

Nesse contexto, a realização da 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP30), programada para novembro de 2025, representará uma oportunidade singular para o Pará consolidar sua liderança em sustentabilidade. A SEJU pretende participar ativamente do evento, reafirmando seu compromisso com a justiça socioambiental e a formulação de políticas públicas sustentáveis.

Portanto, concluímos que, apesar dos desafios impostos pela grandiosidade do território paraense, a SEJU manteve uma atuação sólida, pautada na defesa da democracia, no fortalecimento da igualdade e na promoção dos direitos dos cidadãos, reforçando seu compromisso com a justiça social e o bem-estar da população. Sempre alinhada às demandas sociais e aos princípios de eficiência e equidade, a Secretaria permaneceu empenhada na execução das metas regionalizadas, com a dedicação de seus servidores, trabalhando para construir um estado mais **“JUSTO, INCLUSIVO E AMBIENTALMENTE SUSTENTÁVEL”**.

# PRINCIPAIS DESTAQUES 2024

No exercício de 2024, a SEJU dedicou esforços significativos à implementação do Programa Cidadania, Justiça e Direitos Humanos, com ênfase em seus dois principais objetivos: Promover a Igualdade Racial e Direitos Humanos, e Promover Ações de Justiça e Direitos Difusos. A atuação da equipe técnica, tanto na sede da SEJU quanto no Procon, foi essencial para o alcance dos resultados esperados, contribuindo com expertise e dedicação para o atendimento eficaz das demandas. Além disso, a expansão dos serviços por meio de seus Núcleos Regionais em Altamira, Breves, Paragominas, Marabá, Santarém e Xinguara

## • CARAVANAS DA CIDADANIA

Com foco nas comunidades quilombolas, ribeirinhas, pesqueiras e agrícolas, as Caravanas da Cidadania desempenharam um papel crucial na oferta de serviços essenciais, totalizando 25.081 atendimentos. Essas ações contemplaram a emissão de documentos fundamentais, como carteiras de identidade e certidões de nascimento, casamento e óbito, assegurando que os cidadãos tivessem acesso a direitos básicos de identificação civil. Além disso, a SEJU, por meio da plataforma GOV.BR, facilitou a emissão de CPF, carteira de trabalho digital, cartão SUS e ID Jovem, ampliando o alcance dos serviços oferecidos. Essas iniciativas não apenas garantiram o acesso a

representou um avanço crucial na descentralização dos serviços. As ações executadas garantiram que as comunidades em regiões mais remotas tivessem acesso eficiente a serviços de justiça, defesa do consumidor e cidadania. Essa capilaridade reforçou a capacidade da SEJU de responder às demandas locais de maneira ágil e personalizada, superando barreiras geográficas e promovendo o acesso equitativo às garantias constitucionais, e o acesso à justiça. Os números alcançados com a execução das ações nas 12 regiões estão demonstrados no detalhamento dos principais destaques a serem apresentados a seguir.

documentos indispensáveis, mas também fortaleceram a capacidade das comunidades de participar ativamente de atividades cívicas e econômicas. Dessa forma, promoveu-se a inclusão social, a dignidade e a oportunidade de integração dessas populações na vida pública, ampliando seu protagonismo e acesso a direitos fundamentais.



Ação de cidadania no município de Bonito

## • OPERAÇÃO VERÃO 2024

Planejada para atender de forma eficaz a grande demanda de veranistas nas regiões de Belém e Salinópolis, a Operação Verão 2024 foi um marco na prestação de serviços essenciais e na promoção da proteção de direitos. Durante a operação, foram realizados aproximadamente 2.000 atendimentos, englobando uma ampla gama de serviços, como a emissão de documentos de cidadania, orientações sobre os riscos relacionados ao uso de drogas, e a disseminação de informações cruciais sobre direitos humanos.



Fiscalização do Procon durante o mês de julho



Orientação a veranistas em Salinópolis

A iniciativa também incluiu uma rigorosa fiscalização em estabelecimentos comerciais, assegurando o cumprimento integral do Código de Defesa do Consumidor e protegendo os consumidores contra práticas abusivas. Paralelamente, campanhas preventivas foram promovidas para conscientizar a população sobre a importância da responsabilidade coletiva, com o objetivo de reduzir comportamentos de risco e incentivar a criação de ambientes mais saudáveis e seguros para todos.

## • PROJETO RG ACESSÍVEL

Com o objetivo de assegurar que pessoas com dificuldades de locomoção tenham acesso à documentação básica, o Projeto RG Acessível realizou 12 atendimentos domiciliares e hospitalares. Essa iniciativa foi crucial para promover a inclusão social de indivíduos em situação de vulnerabilidade, garantindo que eles possam acessar benefícios sociais, serviços essenciais e exercer plenamente sua cidadania sem enfrentar barreiras de deslocamento.



Atendimento domiciliar em Belém

## • PROJETO MEU 1º RG

Com o objetivo de garantir que crianças de 0 a 12 anos tenham acesso ao seu registro de identidade, o Projeto Meu 1º RG atendeu mais de 1.000 crianças. A emissão dessa documentação desde a infância é uma medida estratégica e essencial para o combate ao tráfico de pessoas e o fortalecimento da proteção infantil. Além de promover a segurança e a identificação dos menores, o projeto desempenha um papel fundamental na integração das crianças às redes formais de cidadania, facilitando o acesso a serviços educacionais e sociais e promovendo uma inclusão mais ampla e equitativa desde os primeiros anos de vida. A iniciativa destaca o compromisso com a construção de um futuro mais seguro e promissor para as novas gerações.



Atendimento domiciliar em Nova Esperança do Piriá

Ao levar o serviço diretamente até esses cidadãos, o projeto reforçou o compromisso com a dignidade e o respeito aos direitos de todos, demonstrando a importância de políticas públicas que atendam às necessidades específicas de cada grupo social.

## • PROJETO MEU 1º RG



Sede SEJU/Belém



Sede SEJU/Belém

## • SEMANA PARAENSE DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE DROGAS

A Iniciativa buscou informar e conscientizar a população sobre os danos causados pelo uso de substâncias ilícitas, alcançando 2.681 pessoas nos municípios de Altamira, Ananindeua, Belém e Oriximiná. O evento promoveu diversas atividades educativas e culturais, incluindo a oficina "Agente de Mudança para Prevenção às Drogas", destinada a diretores e coordenadores escolares, membros de conselhos municipais, integrantes da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e estudantes da rede pública.

A oficina contou com a participação de 123 pessoas em Altamira, 58 em Ananindeua, 118 em Belém e 182 em Oriximiná, oferecendo capacitação e ferramentas para multiplicar a conscientização sobre os perigos das drogas.

Além disso, a Marcha Contra as Drogas mobilizou 25 escolas da capital, reunindo 1.500 estudantes em uma ação de engajamento coletivo que reforçou a importância da prevenção.



Marcha Contra as Drogas realizada em Belém

A programação também incluiu a conferência "Livre Juventude: Prevenção e Educação, Juntas Contra As Drogas", que envolveu 700 alunos de nove escolas da rede estadual. Realizada em parceria com a Secretaria de Estado de Educação (Seduc) e a Fundação Cultural do Estado do Pará (FCP), a conferência integrou ações de alerta e conscientização sobre os riscos das drogas com aulas preparatórias para o Enem, promovendo uma abordagem educativa abrangente que aliou prevenção, conscientização e preparação acadêmica.

#### • JUSTIÇA NO CAMPO E NAS ÁGUAS

Este projeto desempenha um papel crucial ao oferecer orientação e suporte no preenchimento do Relatório de Exercício da Atividade Pesqueira (REAP), essencial para a manutenção das licenças de pescadores profissionais artesanais, assim como no Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF). Essas ações são fundamentais para assegurar a inclusão social e fortalecer as atividades produtivas da região, contribuindo para a segurança jurídica e o bem-estar das comunidades pesqueiras e agrícolas. Em 2024, o projeto já atendeu 522 pessoas nos municípios de Belém (393), Juruti (13), Óbidos (8), Oriximiná (10), Salinas (33) e Santarém (65). Um destaque significativo foi o atendimento realizado na Ilha de



Abertura da Semana na Assembleia Legislativa do Pará

Mosqueiro, distrito de Belém, onde 348 pescadores e pequenos agricultores receberam assistência, facilitando o acesso a documentos essenciais que garantem a participação ativa na sociedade e promovem o desenvolvimento econômico e social dessas comunidades.



Encontro com pescadores em Santarém

## • COMIGRAR – PARÁ

A etapa preparatória estadual da 2ª Conferência Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia aconteceu em Belém-PA, nos dias 26 e 27 de abril de 2024, ocupando o Teatro Gasômetro do Parque da Residência e a Escola Estadual Vilhena Alves. O evento reuniu 263 participantes, incluindo 141 migrantes e refugiados (88 adultos e 53 crianças/adolescentes), além de 122 pessoas do público em geral, como agentes públicos, pesquisadores, docentes, discentes e membros de Organizações da Sociedade Civil, oriundos tanto de Belém quanto de outros municípios paraenses.



Teatro Gasômetro do Parque da Residência - Belém/Pa  
Durante a conferência, foram eleitos oito delegados de cinco nacionalidades (Venezuela, Haiti, Cuba, Moçambique e Guiné Bissau) para representar o Estado do Pará na etapa nacional. A ação contou com a colaboração de diversas instituições, entre elas as secretarias estaduais SECULT, SEDUC e SECTET,



Teatro Gasômetro do Parque da Residência - Belém/Pa  
o Alto Comissariado da ONU para Refugiados (ACNUR), a Organização Internacional para as Migrações (OIM), a Comissão de Relações Internacionais da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/PA, e instituições de ensino como a Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Estadual do Pará (UEPA), Faculdade Cosmopolita, Faculdade Integrada da Amazônia (FINAMA), Universidade da Amazônia (UNAMA) e Centro Universitário do Pará (CESUPA).



Teatro Gasômetro do Parque da Residência - Belém/Pa

A Conferência também recebeu apoio significativo de Organizações da Sociedade Civil, como Cáritas Belém, SoDireitos, a Associação dos Estudantes Estrangeiros (AEE), o Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), o Instituto Hounsou de Integração África-Amazônia (HAFAMA), e o Conselho Ojiduna, que representa as etnias venezuelanas Warao. Essas parcerias foram fundamentais para garantir o sucesso da conferência e promover o debate sobre os direitos e a integração de migrantes e refugiados no Pará.

#### • RENEGOCIA MULHER

Iniciativa do PROCON-SEJU, em parceria com a Secretaria das Mulheres (SEMU), voltada para a renegociação de dívidas das mulheres em situação de vulnerabilidade financeira. A ação tem como objetivo não apenas proporcionar o alívio de pendências financeiras, mas também promover a conscientização e o enfrentamento da violência de gênero, contribuindo para a criação de condições mais dignas e seguras para as mulheres. Essa ação integrada faz parte de um esforço mais amplo de prevenção e combate à violência contra as mulheres, ao assegurar que elas tenham acesso a oportunidades de reorganizar suas finanças, sem o peso das dívidas, o que muitas vezes é uma barreira à sua liberdade e segurança.

Com o apoio de parceiros estratégicos como **Equatorial Energia, COSANPA, BANPARÁ, CREFISA**, além dos serviços de linha direta de demais bancos, pretende oportunizar a renegociação das dívidas, oferecendo condições mais acessíveis e menos onerosas, para que as mulheres possam regularizar sua situação financeira.



Consumidora atendida no Renegocia Mulher

Ao todo, 494 mulheres foram beneficiadas com a ação, resolvendo suas pendências financeiras e, conseqüentemente, promovendo uma maior estabilidade econômica e emocional. Com a renegociação das dívidas, essas mulheres têm a oportunidade de focar em outros aspectos essenciais de sua vida, como a saúde, a segurança e o bem-estar de suas famílias, além de poderem contribuir mais ativamente para a construção de um ambiente livre de violência de gênero.



Atendimento na ação Renegocia Mulher

O **Renegocia Mulher** é uma ação intersetorial e essencial que favorece a inclusão financeira e o empoderamento das mulheres, apoiando-as na superação de dificuldades econômicas e sociais, e reforçando o compromisso do **PROCON** com a defesa dos direitos das consumidoras e a promoção da igualdade de gênero.

#### . ATENDIMENTO DIRETO DO PROCON NAS ESTAÇÕES CIDADANIA E USINAS DA PAZ

Outra ação do **PROCON** de grande relevância e impacto, foram os atendimentos diretos ao consumidor realizados tanto nas Estações Cidadania quanto nas Usinas da Paz. Esses atendimentos totalizaram 3.270 e 3.452 registros, respectivamente, abrangendo consultas, denúncias, reclamações e audiências de conciliação entre consumidores e fornecedores, com o objetivo de promover acordos amigáveis. Nas Estações Cidadania, foram atendidas 3.270 pessoas, distribuídas da seguinte forma: na região do Guajará – Belém, Bosque Grão Pará registrou 760 atendimentos e o Pátio Belém, 1.758; na região do Baixo Amazonas – Santarém, 685 atendimentos; e na região de Carajás – Marabá, 167 atendimentos.

Já nas Usinas da Paz, 3.452 pessoas foram atendidas: em Belém, Usina da Paz Benguí registrou 444 atendimentos e Usina da Paz Cabanagem, 954; em Ananindeua, a Usina da Paz Icuí contabilizou 2.024 atendimentos. A importância dessa iniciativa para o cidadão paraense é inestimável, pois garante acesso facilitado e eficaz aos serviços de proteção ao consumidor, especialmente em regiões de grande vulnerabilidade.



Atendimento do Procon em Usina da Paz Guamá

Ao promover a conciliação e resolver conflitos de maneira ágil e amigável, o PROCON reforça o direito do consumidor e assegura a dignidade e o bem-estar da população, contribuindo para uma sociedade mais justa e equilibrada. Além disso, a presença do PROCON em espaços como as Estações Cidadania e Usinas da Paz fortalece o acesso a justiça e promove a inclusão social, oferecendo suporte fundamental para que os cidadãos possam fazer valer seus direitos com segurança e confiança.

## COMPROMISSO COM O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A regionalização implementada pela SEJU possibilitou respostas rápidas e eficazes às demandas das comunidades, alinhando-se ao PPA 2024-2027 e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU. A promoção da saúde e bem-estar (ODS 3), a redução das desigualdades (ODS 10) e a construção de instituições eficazes (ODS 16) foram pilares das ações da SEJU, que busca constantemente inovar na prestação de serviços e no atendimento às necessidades regionais.



# PROGRAMA, OBJETIVOS E AÇÕES: O QUE FIZEMOS EM 2024?

O **Programa Cidadania, Justiça e Direitos Humanos**, integrado ao Plano Plurianual (PPA) 2024-2027 do Estado do Pará, tem como objetivo principal promover políticas públicas que assegurem direitos fundamentais, justiça social e inclusão de grupos em situação de vulnerabilidade. Com foco em atender às demandas específicas das 12 regiões do estado, o programa busca reduzir desigualdades e fortalecer a cidadania por meio de uma abordagem descentralizada e participativa. Nesse contexto, a SEJU desempenha um papel estratégico na execução das ações previstas, com atribuições específicas voltadas à defesa do consumidor, ao respeito à promoção da ordem jurídica e à garantia dos direitos constitucionais, especialmente direcionada a grupos em situação de risco social e as regiões de difícil acesso. Para atingir esses objetivos, foram adotadas diversas iniciativas que visam fortalecer a cidadania e ampliar o acesso aos direitos fundamentais. Entre essas ações destacam-se o apoio a eventos de promoção da cidadania, o fortalecimento de conselhos representativos da sociedade civil, a capacitação em temas de justiça e igualdade racial e a fiscalização das relações de consumo, entre outras iniciativas relevantes. A seguir, apresentamos a análise técnica e o quadro detalhado das ações, com destaque para os resultados alcançados e o impacto nas diferentes regiões do estado.

## AÇÃO: 8799 - APOIO AOS CONSELHOS REPRESENTATIVOS DA SOCIEDADE CIVIL

O fortalecimento dos conselhos estaduais no Pará desempenha um papel essencial na promoção de políticas públicas que garantem direitos fundamentais, justiça social e apoio às populações vulneráveis. Nesse contexto, o Conselho Estadual sobre Drogas (CONED), o Conselho Deliberativo do Programa Estadual de Assistência a Vítimas, Testemunhas e Familiares de Vítimas de Crimes (CONDEL) e o Conselho Estadual de Justiça (CEJUS) são instrumentos estratégicos para o enfrentamento das principais demandas sociais do estado.

O CONED tem como missão estabelecer as diretrizes da política estadual sobre drogas, abrangendo desde a prevenção e conscientização até o tratamento, reinserção social e fiscalização de entidades de recuperação. Por meio de suas ações, busca-se alinhar as políticas estaduais às diretrizes nacionais, fomentar pesquisas, promover a educação sobre substâncias psicoativas e mobilizar instituições para a realização de atividades preventivas. Além disso, o conselho atua no controle e na avaliação de campanhas educativas e na criação de conselhos municipais, fortalecendo a rede de enfrentamento ao uso de drogas.

O CONDEL, por sua vez, desempenha um papel central na proteção e assistência às vítimas, testemunhas e seus familiares, promovendo a garantia de direitos e a segurança das pessoas em situações de risco. Suas ações incluem a articulação de políticas de proteção, o apoio psicológico e social às vítimas e a interlocução com autoridades para garantir a integridade daqueles que dependem dessa rede de suporte.

O Conselho Estadual de justiça - CEJUS tem por missão apreciar o planejamento, acompanhar a execução e avaliar as políticas públicas implementadas pela Secretaria de Estado de Justiça (SEJU).

Esses conselhos, ao atuarem de maneira integrada, ampliam a capacidade do estado do Pará de implementar políticas públicas efetivas, promover o controle social e atender às necessidades específicas das diferentes regiões. Essa estratégia é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa, segura e inclusiva, controlada aos princípios de equidade e respeito aos direitos humanos.



Reunião com os conselheiros do CONED



Reunião com os conselheiros do CONED

**TABELA 1 - RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS POR REGIÃO DE INTEGRAÇÃO ATENDIDOS PELO  
CONSELHO ESTADUAL SOBRE DROGAS**

**QUADRO DEMONSTRATIVO DE ATIVIDADES.**

<b>Executor: O CONSELHO ESTADUAL SOBRE DROGAS – CONED/2024</b>					
<b>REGIÃO</b>	<b>MUNICÍPIO</b>	<b>PRODUTO</b>	<b>META ESTABELECIDADA</b>	<b>META ALCANÇADA</b>	<b>REALIZADO (%)</b>
<b>Araguaia</b>	<b>Redenção, Tucumã e Xinguara</b>	<b>Conselho Apoiado</b>	<b>4</b>	<b>3</b>	<b>75%</b>
<b>Baixo Amazonas</b>	<b>Santarém, Óbidos</b>		<b>3</b>	<b>3</b>	<b>100%</b>
<b>Carajás</b>	<b>Canaã dos Carajás, Marabá e Parauapebas</b>		<b>4</b>	<b>4</b>	<b>100%</b>
<b>Guajará</b>	<b>Ananindeua, Belém, Benevides e Marituba</b>		<b>8</b>	<b>8</b>	<b>100%</b>
<b>Guamá</b>	<b>Castanhal, Santa Izabel do Pará e São Miguel do Pará</b>		<b>5</b>	<b>5</b>	<b>100%</b>
<b>Lago do Tucuruí</b>	<b>Tucuruí</b>		<b>2</b>	<b>2</b>	<b>100%</b>
<b>Marajó</b>	<b>Breves</b>		<b>2</b>	<b>2</b>	<b>100%</b>
<b>Rio Caeté</b>	<b>Bragança, Capanema e Salinópolis</b>		<b>4</b>	<b>4</b>	<b>100%</b>
<b>Rio Capim</b>	<b>Aurora do Pará, Paragominas e Rondo do Pará</b>		<b>4</b>	<b>4</b>	<b>100%</b>
<b>Tocantins</b>	<b>Abaetetuba, Barcarena e Tailândia</b>		<b>4</b>	<b>4</b>	<b>100%</b>
<b>Xingu</b>	<b>Altamira</b>		<b>2</b>	<b>2</b>	<b>100%</b>

## **ANALISE DE DESEMPENHO DA AÇÃO**

A ação de apoio aos Conselhos Representativos da Sociedade Civil, executada principalmente pelo Conselho Estadual sobre Drogas (CONED), apresentou no geral um excelente desempenho, ao alcançar na maioria das regiões de integração 100% das metas planejadas. Os conselheiros adotaram uma estratégia eficiente de concentração nas ações em municípios próximos dentro de uma mesma região, realizando visitas sequenciais. Essa abordagem permitiu a otimização de recursos financeiros e logísticos, redução de custos operacionais inicialmente previstos e garantia de um saldo orçamentário significativo em relação ao desembolso efetivado. Esse esforço foi fundamental para garantir o cumprimento das metas, especialmente em regiões como Baixo Amazonas, Carajás e Guamá.

## **PRINCIPAIS ENTRAVES**

- **Logística e Acessibilidade:** Condições desfavoráveis de infraestrutura viárias dificultaram o acesso a comunidades específicas, como em Aurora do Pará.
- **Disponibilidade Limitada dos Conselheiros:** A baixa disponibilidade para deslocamento da maioria dos conselheiros dificultou o pleno alcance das metas, sobrecarregando um grupo restrito de conselheiros.

## **PROPOSTA DE MELHORIA**

- **Incentivar a disponibilidade dos Conselheiros:** Ampliar o número de conselheiros ativos e oferecer capacitação continuada para que possam atender às demandas e alcançar as metas.

## **BENEFÍCIOS E AVANÇOS PARA A REGIÃO/MUNICÍPIO**

- As ações adotadas geraram benefícios importantes para as regiões e municípios atendidos por meio das visitas de orientação e fiscalização, que resultaram na emissão de pareceres técnicos e na melhoria dos serviços prestados pelas entidades monitoradas, fortalecendo suas capacidades operacionais. Além disso, as iniciativas do CONED contribuíram para a prevenção e o tratamento da dependência química, promovendo avanços na saúde e na reinserção social dos atendidos. A articulação entre os conselhos e as comunidades contribuiu para a integração regional e para a descentralização das políticas públicas, ampliando o impacto positivo nas diferentes regiões do estado.

# AÇÃO - 2265

## Capacitação em Justiça, Igualdade Racial e Direitos Humanos

A ação visa propiciar e/ou aprimorar conhecimentos dos participantes em princípios de justiça, promoção da igualdade racial e respeito aos direitos humanos. Este treinamento inclui a compreensão das causas da desigualdade racial, familiarização com as leis e políticas de garantias de direitos humanos, e desenvolvimento de habilidades e competências para fomentar a justiça social e a igualdade em diferentes contextos.



QUADRO DEMONSTRATIVO DE ATIVIDADES.

Região de Integração	Municípios	Meta Planejada	Meta Alcançada	% Realizado
Araguaia	Xinguara	30	32	107%
Baixo Amazonas	Oriximiná e Santarém	60	61	101,67%
Carajás	Marabá	30	31	103%
Guajará	Ananindeua e Belém	60	114	190%
Lago de Tucuruí	Breu Branco, Goianésia do Pará e Tucuruí	90	139	154,44%
Marajó	Breves e Muaná	60	82	136,67%
Rio Caeté	Bragança e Capanema	60	117	195%
Rio Capim	Abel Figueiredo, Dom Eliseu, Ourém, Paragominas, Rondon do Pará e Ulianópolis	180	239	107%
Tapajós	Itaituba	30	53	177%
Xingu	Altamira	123	410	233%

As Capacitações realizadas pela SEJU ao longo de 2024, demonstraram um impacto positivo e significativo nas comunidades das diversas Regiões de Integração do Pará. Com um total de 901 pessoas capacitadas diretamente e um alcance indireto superior a 3.600 indivíduos, as iniciativas reafirmam o compromisso com a educação preventiva e o fortalecimento das redes intersetoriais, promovendo conhecimento e estratégias efetivas de enfrentamento ao uso de substâncias psicoativas. As palestras, oficinas e seminários foram desenvolvidos no âmbito educacional e na articulação intersetorial, com foco na prevenção e na articulação da rede. Essas ações destacam os esforços da SEJU em criar um ambiente mais seguro e consciente para todas as comunidades paraenses atendidas. As atividades de capacitação buscaram equipar agentes sociais com as ferramentas e conhecimentos necessários para desempenhar um papel ativo no combate ao uso indevido de drogas, contribuindo para a construção de uma sociedade mais resiliente e informada.

A SEJU estabeleceu parcerias com organizações locais para criar ações educativas que não apenas informam, mas também empoderam as comunidades a adotarem práticas de prevenção sustentáveis com foco no bem-estar, a execução de ações estratégicas assegurou uma atuação eficaz, direcionada diretamente aos profissionais que atuam na rede intersetorial dos municípios. As capacitações focaram no fortalecimento das redes de apoio, onde os profissionais de educação, saúde e assistência social, foram capacitados para enfrentar os desafios de suas comunidades, criando uma rede de suporte sólida e resiliente. Essa abordagem multifacetada garantiu que nossas ações fossem coordenadas e impactantes, resultando em soluções coletivas baseadas na leitura de cenários locais de maneira mais completa e eficaz.

Ao capacitar profissionais, integrar políticas e educar a população, a SEJU construiu uma base sólida para um futuro mais seguro e inclusivo no Pará. As ações da SEJU ao focar na capacitação de agentes sociais procuraram contribuir para a construção de uma sociedade mais consciente e informada, capaz de resistir ao apelo do uso de drogas e de lidar de maneira mais eficaz com os problemas decorrentes desse uso.

### **Regiões de Integração contempladas**

**Região de Integração do Araguaia** - Capacitação teve como público alvo profissionais da rede de atendimento, o objetivo da atividade foi desenvolver habilidade para identificar as situações de violações de direitos, a forma como abordar e os encaminhamentos que devem gerar como resultado desta atuação. Foi realizada no município Xinguara uma “Oficina de Garantia de Direitos Justiça e Direitos Humanos”. A ação foi realizada através de apresentação de exposição teórica no primeiro momento, com abordagem direta entre técnicas e participantes.

**Região de Integração do Baixo Amazonas** - As metodologias implementadas pela CENPREN incluíram Escuta Ativa Restaurativa, que proporcionou um espaço seguro para o diálogo e a resolução de conflitos; palestras que abordaram temas cruciais para a conscientização e educação das comunidades, foram destinadas à capacitação da rede de assistência e educação local, visando o empoderamento dos participantes e o fortalecimento das estratégias de prevenção.

**Região de Integração do Carajás** - As ações se concentraram na promoção de iniciativas educativas voltadas para a prevenção ao uso de drogas. Em Marabá as pessoas foram capacitadas por meio de uma oficina “Agente de Mudança: Insights Comportamentais para o Diagnóstico e Desenho de um Plano Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas”. Essa ação teve como objetivo promover a integração intersetorial dos diversos sujeitos que trabalham na pasta de drogas por meio da prevenção e articulação e alcançou representantes das escolas estaduais e municipais, professores, coordenadores escolares, psicólogos, assistentes sociais e a equipe técnica do Pará Paz



**Região de Integração Guajará** - As políticas estaduais direcionadas à prevenção de drogas, especialmente as vinculadas à Secretaria de Estado de Justiça, precisam se alinhar a estratégias de intervenção eficazes. Nesse contexto, as ações promovidas pela CENPREN são fundamentais, com foco na prevenção ao uso de drogas e na articulação de redes protetivas e de educação preventiva. A vulnerabilidade social, exacerbada por condições econômicas adversas, torna a população mais suscetível a problemas relacionados ao uso de substâncias, evidenciando a necessidade de uma abordagem integrada. Portanto, é crucial fortalecer a rede de proteção social através de uma proposta intersetorial que envolva educação, assistência social e saúde.



Além disso, a articulação de uma rede protetiva integrada pode mitigar os impactos da pobreza, criando um ambiente mais seguro e resiliente para os habitantes da RI Guajará. Em 2024 a CENPREN/SEJU desenvolveu na Região de Integração do Guajará uma série de projetos-atividades voltadas para educação preventiva sobre drogas. Em Belém, a capacitação realizada por meio da oficina

"Agente de Mudança" capacitou profissionais de diversas áreas, superando a meta inicial. Em Ananindeua, a Capacitação sobre Práticas Saudáveis e Prevenção contra as Drogas atingiu profissionais da educação, assistência social, Conselho Tutelar, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

**Região de Integração do Marajó** - As ações foram realizadas em diferentes instituições, alcançando uma ampla diversidade de profissionais em Breves e Muaná. Essas ações destacam a importância de políticas integradas que abordem tanto as questões sociais quanto a construção de uma sociedade mais resiliente. No município de Breves a ação "Oficina de Violação e Garantia de Direitos" teve como objetivo criar um ambiente de aprendizado, promovendo reflexões e conhecimentos sobre aspectos de garantia de direitos, tendo a educação como uma das medidas mais eficazes para prevenção dos direitos violados. As pessoas capacitadas foram visitantes sociais, agentes comunitários de saúde, pedagogos, assistentes sociais, conselheiros tutelares, enfermeiro, psicólogo, e outros servidores públicos com cargos de coordenação e supervisão. Muaná - ação voltada à capacitação de pais sobre os riscos e consequências do uso de drogas, com foco na prevenção a atividade buscou sensibilizar e capacitar os participantes para atuarem como agentes de transformação no contexto familiar e comunitário, buscou-se sensibilizar os pais sobre os riscos associados ao consumo de substâncias psicoativas, enfatizando a importância de práticas educativas no ambiente doméstico e o impacto positivo do diálogo aberto com os filhos.

**Região de Integração Lago do Tucuruí** - As capacitações foram concebidas com o objetivo de promover a prevenção ao uso de substâncias psicoativas e fortalecer as redes de apoio social. Para alcançar esses objetivos, foram utilizadas diversas metodologias, incluindo Escuta Ativa Restaurativa, Reuniões de Alinhamento, Encontros Intersetoriais, Palestras, Oficinas sobre Drogas e o programa "Agente de Mudança". Neste prisma, as ações desenvolvidas, como oficinas e palestras, foram estruturadas para atender essa diversidade, promovendo conscientização sobre o abuso de substâncias psicoativas de forma acessível e inclusiva. Breu Branco a Capacitação em justiça, igualdade racial e direitos humanos, envolveu a rede municipal de assistência e os diretores e coordenadores da rede municipal de ensino. A oficina abordou o papel da Rede na promoção da prevenção e resistência ao uso de drogas.

**Região de Integração Rio Caeté** - A oficina de Capacitação em Justiça, Igualdade Racial e Direitos Humanos no município de Bragança- PA, cujo objetivo foi levar informações acerca de direitos e garantias a fim de otimizar os serviços prestados, tendo como público-alvo os profissionais da rede de serviços e de apoio que compõem o município. Capanema foi realizado o "Workshop: Olhares atentos à prevenção ao uso de drogas: possíveis abordagens", com a participação de 30 profissionais da rede municipal de assistência social, saúde e educação. A realização deste Workshop possibilitou atualização de conhecimentos sobre prevenção ao uso de drogas, com conceito; leis de políticas públicas sobre drogas; classificações; consequências psicossociais; rede de atenção psicossocial - RAPS

**Região de Integração do Rio Capim** - A capacitação de prevenção com foco no olhar sistêmico à família, realizada para Rede de Assistência, a interação entre os profissionais e participantes, evidenciando o compromisso com a construção de estratégias integradas e eficazes na prevenção ao uso de substâncias psicoativas. Foram realizadas oficinas nos municípios de Abel Figueiredo, Dom Eliseu e Ulianópolis, cujo objetivo foi levar informações acerca de direitos e garantias a fim de otimizar os serviços prestados, tendo como público-alvo os profissionais da rede de serviços e de apoio que compõem os municípios acima indicados, alcançados pela referida ação.

A ação superou a meta inicial estabelecida, o que evidência tanto o alto interesse quanto a necessidade de formação nesta área crítica. A capacitação não apenas ofereceu uma formação educativa, mas também se concentrou em aprimorar as competências e habilidades dos profissionais envolvidos, proporcionando-lhes novas ferramentas e métodos para enfrentar os desafios diários em suas funções.

**Região de Integração Tocantins** - A "Oficina Agente de Mudança para Prevenção às Drogas" foi realizada no município de Itaituba, com foco no fortalecimento da rede intersetorial. O evento contou com a participação de profissionais, incluindo gestores públicos, profissionais da saúde, educação, assistência social, segurança pública e outros agentes de transformação social. O principal objetivo da iniciativa foi capacitar diversos atores sociais para atuarem na prevenção ao uso de substâncias psicoativas, ajustando as políticas públicas à realidade local de Itaituba. Além disso, a oficina promoveu o fortalecimento da rede intersetorial ao integrar instituições como a SEDUC – DRE de Itaituba, Polícia Militar, Polícia Civil, CRAS, SEMED, CREAS, Conselho Tutelar, SEMS, SEMAD, Ministério Público do Pará, IFPA, Comunidade Terapêutica Renascer e a Associação Acrescente.

**Região de Integração Xingu** - Altamira, foi realizada a oficina "Agente de Mudança para Prevenção às Drogas," o evento tinha uma meta de capacitar 30 profissionais, mas o número de participantes chegou a 123, um aumento significativo impulsionado pelo grande interesse e adesão dos profissionais do município. Esse crescimento reflete a urgência e a importância da temática, bem como o reconhecimento da necessidade de estratégias eficazes para a prevenção ao uso de drogas em Altamira. A oficina contou com o apoio essencial de diversas instituições, incluindo CMDCA, SEMED, DRE, SEMAPS e SESMA, o que facilitou a mobilização intersetorial e garantiu o sucesso do evento.

Em geral as capacitações realizadas pela SEJU em 2024 proporcionaram impactos significativos nas regiões e municípios atendidos, fortalecendo as redes de apoio social e promovendo a integração de políticas públicas voltadas à prevenção e resolução de problemas sociais. Profissionais de diversos setores foram capacitados, aprimorando suas competências e fortalecendo os serviços oferecidos à comunidade de forma mais estratégica e eficaz. A regionalização das ações, com metodologias inovadoras como escuta ativa e oficinas práticas, garantiu maior alinhamento às realidades locais, destacando regiões como Baixo Amazonas, Guajará e Carajás.

Municípios como Breves e Altamira tiveram alta adesão, refletindo a relevância dos temas abordados e a necessidade de soluções adaptadas. A integração com instituições locais assegurou uma execução coordenada, promovendo uma rede de suporte mais sólida e resiliente.

Por fim, as capacitações deixaram um legado significativo para as regiões e municípios atendidos, fortalecendo redes de apoio social, promovendo a integração de políticas públicas e capacitando profissionais de diversos setores. Ao consolidar ações coordenadas e sustentáveis, a SEJU reafirma seu compromisso em construir um futuro mais seguro, inclusivo e resiliente para o estado do Pará, demonstrando sua dedicação em enfrentar os desafios sociais com eficácia e inovação.

## **Relatório de execução do Indicador de Processo das Ações de Capacitação sobre Álcool e outras Drogas.**

A Secretaria de Estado de Justiça do Pará (SEJU), no ano de 2024, atingiu de forma expressiva as metas previstas no Plano Plurianual (PPA) para a capacitação sobre álcool e outras drogas na rede intersetorial, consolidando um marco na gestão pública estadual. Este avanço estratégico resultou na capacitação de 557 profissionais das Regiões de Integração (RIs) Lago do Tucuruí, Rio Capim e Guajará, abrangendo um percentual significativo dos municípios dessas localidades.

Na RI Tucuruí, dos 7 municípios que a compõem, a SEJU atendeu 3. De acordo com a fórmula para calcular a taxa de cobertura das Ações de Capacitação Sobre Álcool e Outras Drogas ( $3 \div 7 \times 100$ ), atingimos 42,85% do total de municípios, alcançando a meta e resultando na capacitação de 174 profissionais da rede intersetorial de políticas sobre drogas. Na RI Rio Capim, dos 16 municípios, a SEJU alcançou 5 ( $5 \div 16 \times 100$ ), cumprindo 31,25% da sua meta regional, totalizando 239 profissionais capacitados. Na RI Guajará, do total de 5 municípios que a compõem, a SEJU atendeu 2 ( $2 \div 5 \times 100$ ), resultando em 40% da taxa de cobertura, alcançando 144 profissionais capacitados.

A metodologia utilizada para as capacitações abrangeu encontros intersetoriais de políticas públicas sobre drogas, formação de agentes multiplicadores, palestras, rodas de conversa e outros formatos, incluindo seminários e oficinas. Os encontros intersetoriais foram estruturados em etapas que incluíram credenciamento, acolhimento, mesas de abertura e exposição, debates interativos e encerramento. Essa abordagem promoveu a intersectorialidade entre os atores articuladores da política pública, incentivando a troca de saberes e a integração das redes de serviço. O objetivo principal foi refletir sobre os desafios relacionados ao uso de álcool e drogas, além de propor estratégias de prevenção e alinhamento das políticas públicas para mitigar os impactos do uso e abuso dessas substâncias. A formação de agentes multiplicadores teve como foco os profissionais da educação, capacitando-os para compartilhar conhecimento e contribuir diretamente na implementação de ações preventivas no ambiente escolar. Esse esforço reforçou o papel das escolas como um espaço essencial para a prevenção ao uso de drogas. As palestras utilizaram recursos audiovisuais, dinâmicas de grupo e relatos de experiências, além de disponibilizarem materiais de apoio e orientações para a construção de programas preventivos

e protocolos de encaminhamento. Essas iniciativas criaram um trabalho contínuo e sistemático, integrando diferentes agentes sociais. As ações tiveram como público-alvo profissionais das áreas de educação, saúde, assistência social, segurança pública, esporte e lazer, além de líderes comunitários e religiosos e membros de entidades não governamentais. A abordagem intersetorial e educativa fomentou práticas preventivas e buscou reduzir os impactos sociais decorrentes do uso de álcool e outras drogas, fortalecendo a integração e a capacitação dos agentes envolvidos.

Os impactos positivos desta iniciativa são evidentes na melhoria da articulação entre os diferentes setores envolvidos, permitindo um atendimento mais ágil, qualificado e humanizado. A população local passou a contar com profissionais mais bem preparados para desenvolver ações de prevenção, tratamento e reinserção social, fortalecendo a resiliência comunitária e contribuindo para a construção de uma sociedade mais saudável e equilibrada. Desta forma, a SEJU, em consonância com as diretrizes do Governo do Estado, não apenas alcançou as metas propostas, mas estabeleceu uma base sólida para a continuidade e ampliação de iniciativas que impactam positivamente a vida dos cidadãos paraenses.

## ANÁLISE SOCIOECONÔMICA E ETNOGRÁFICA DAS REGIÕES DOS INDICADORES:

### REGIÃO DE INTEGRAÇÃO DO GUAJARÁ



**Composição:** Inclui os municípios de Ananindeua, Belém, Benevides, Marituba e Santa Bárbara do Pará.



**População:** Aproximadamente 2.254.090 habitantes, representando 26% da população do estado.



**Economia:** Predominância do setor de serviços, contribuindo com 55% do PIB regional.

**Desafios Sociais:** Apesar de possuir a menor taxa de analfabetismo (3,5%) e a menor taxa de pobreza (20,88%) do Pará, enfrenta desafios relacionados à urbanização e à alta densidade populacional.

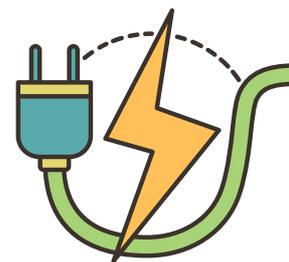
## REGIÃO DE INTEGRAÇÃO DO LAGO DO TUCURUÍ



**Composição:** Inclui municípios como Breu Branco, Goianésia do Pará, Itupiranga, Jacundá, Novo Repartimento e Tucuruí.



**Desafios Sociais:** A região possui áreas rurais extensas e enfrenta desafios relacionados ao acesso a serviços públicos e infraestrutura.

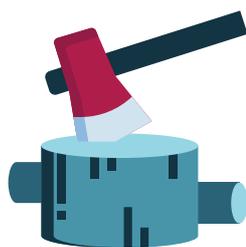


**Economia:** Destaca-se pela presença da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, influenciando significativamente a economia local.

## REGIÃO DE INTEGRAÇÃO DO RIO CAPIM



**Composição:** Inclui municípios como Paragominas, Ulianópolis, Dom Eliseu, Rondon do Pará, entre outros.



**Desafios Sociais:** Enfrenta questões relacionadas ao desmatamento e à necessidade de desenvolvimento sustentável, além de desafios em saúde e educação.



**Economia:** Forte presença da agropecuária e atividades madeireiras, com destaque para a produção de grãos e pecuária.

### TAXA DE COBERTURA AÇÕES DE CAPACITAÇÃO SOBRE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS.

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO	ÍNDICE PREVISTO	ÍNDICE ALCANÇADO
Guajará	40.00 %	40.00 %
Lago de Tucuruí	42.85 %	42.85 %
Rio Capim	31.25 %	31.25 %

# AÇÃO - 2266

## Promoção do Acesso ao Registro Civil

O principal objetivo é assegurar que todos os cidadãos tenham acesso aos serviços de registro civil, essenciais para o exercício pleno de seus direitos e cidadania, em especial aquelas em situações de vulnerabilidade. Isso inclui o registro de nascimento, casamento, óbito e outros documentos civis que são fundamentais para a identificação legal e o acesso a direitos e serviços públicos.

### QUADRO DEMONSTRATIVO DE ATIVIDADES.

Região de Integração	Municípios	Meta Planejada	Meta Alcançada	% Realizado
Araguaia	Conceição do Araguaia, Ourilândia do Norte, Redenção, Rio Maria, Santana do Araguaia, São F. Do Xingu, Sapucaia, Tucumã e Xingu.	100	284	284%
Baixo Amazonas	Faro, Monte Alegre e Santarém.	100	214	164%
Guajará	Belém	200	313	157%
Guamá	Igarapé-Açu, Santa Izabel do Pará, Santa Maria do Pará e terra Alta	10	45	161%
Lago de Tucuruí	Tucuruí	10	19	190%
Marajó	Afuá, Anajás, Bagre, Breves, Cachoeira do Arari, Chaves, Currálinho, Gurupá, Melgaço, Muaná, Oeiras do Pará, Ponta de Pedras, Portel, Salvaterra, Santa Cruz do Ararari, São S. da Boa Vista e Soure.	170	781	459,41%
Rio Caeté	Bragança, Capanema, Quatipuru, Salinópolis e Viseu	60	139	231,67%
Rio Capim	Garrafão do Norte, IPIXUNA, Irituia, Mãe do Rio, Paragominas e Ulianópolis.	100	147	Metas alcançadas em municípios não planejados.
Tocantins	Abaetetuba, Acará, Barcarena, Cametá e Igarapé-Miri	50	87	174%
Xingu	Altamira, Brasil Novo e Medicilândia e Vitória do Xingu.	100	89	89%

Fonte: SIGPLAN/2024

Produto: Pessoa Atendida

## **Análise de desempenho da ação**

Em 2024, um dos objetivos alcançados na ação **Promover o Acesso ao Registro Civil** foi garantir os serviços de emissão gratuita de 2ª vias de registros civis às pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, permitindo que elas exerçam plenamente seus direitos e cidadania, promovendo maior inclusão social, acesso a direitos e serviços públicos. Inicialmente, a meta planejada foi atender 900 pessoas, mas, devido ao esforço conjunto das equipes e à ampliação do alcance da ação, o número de atendimentos superou as expectativas, alcançando um total de 2.118 pessoas beneficiadas. Essa conquista foi possível graças à atuação integrada nas Regiões de Integração do **Araguaia, Baixo Amazonas, Carajás, Guajará, Guamá, Lago de Tucuruí, Marajó, Rio Caeté, Rio Capim, Tocantins e Xingu**, onde estratégias de descentralização e parcerias locais garantiram resultados expressivos.

**Região de Integração do Araguaia** – A ação foi realizada de forma integrada pelo Núcleo Regional de Justiça/NRJ e Sede da SEJU, os quais atenderam as demandas da população dos municípios: Conceição do Araguaia, Ourilândia do Norte, Redenção, Rio Maria, Santana do Araguaia, São Félix do Xingu, Tucumã e Xinguara, devido a ampla abrangência do NRJ e capacidade de atender a diversas demandas locais, essa característica contribuiu para atrair um público expressivo e facilitou significativamente o acesso ao registro civil, garantindo o atendimento com maior capilaridade e impacto social.

**Região de Integração do Baixo Amazonas** – os municípios beneficiados da ação na Região foram Faro, Monte Alegre e Santarém, a meta programada previa o atendimento de 100 cidadãos, mas a execução superou em mais de 100% o objetivo inicial, alcançando 214 atendimentos, esse resultado foi impulsionado pela descentralização da ação, conduzida pelo Núcleo Regional de Justiça em Santarém que assumiu a responsabilidade pela organização e execução das atividades nos municípios atendidos. Adicionalmente, a mobilização dos servidores do Núcleo Regional de Justiça foi crucial para atender as demandas espontâneas dos municípios de Faro e Monte Alegre, que juntos colaboraram significativamente para o aumento da meta física. O empenho dos servidores em potencializar os atendimentos, as estratégias de mobilização, aliada à infraestrutura já disponível, garantiu que o número de atendimentos superasse as expectativas.

**Região de Integração do Carajás** – A execução das atividades foi realizada pelo Núcleo de Justiça em Marabá, que assumiu a responsabilidade pelas ações na região. Além disso, houve forte apoio da prefeitura na mobilização, o envolvimento dos servidores locais também contribuiu para o sucesso da ação, uma vez que a equipe regional estava mais próxima das demandas e pronta para atender de maneira eficiente. O Núcleo Regional de Justiça estabeleceu parcerias com os Cartórios de Marabá e São João do Araguaia, com os órgãos da Rede Protetiva como da Política de Assistência Social, Conselho Tutelar e Conselhos de Direitos do município, o que favoreceu na superação em mais de 100% da meta inicial.

**Região de Integração do Guajará** – No município de Belém foram atendidas 313 pessoas. Para efetivação da ação foi realizada a parceria com os Cartórios do 1º Ofício, 2º Ofício, 4º Ofício, Cartório Val de Cães, Icoaraci permitindo à SEJU oferecer aos usuários requerimentos para a 2ª via gratuitamente da certidão de nascimento, casamento e óbito. Cartórios de Registro Civil de Belém, Ananindeua, Icoaraci e Mosqueiro, pois a SEJU ainda não faz parte do Fundo de Registro Civil, mas está em tratativa com a SEASTER. Muitos desses atendimentos envolvem situações complexas, como documentos deteriorados, especialmente Certidões de Nascimento e Casamento, que são fundamentais para o processo de renovação. Além disso, alguns usuários enfrentam

problemas decorrentes de erros em suas certidões, como a ausência do sobrenome materno, erros no registro de nomes, datas de nascimento incorretas, entre outras inconsistências, situações que os atendidos receberam orientações específicas e encaminhamento para Defensoria Pública do Estado/DPE, alguns casos exigiam encaminhamento judicial. Esses erros não apenas atrasam o processo de emissão de documentos, mas também podem gerar complicações na vida civil das pessoas, destacando a importância de uma correção eficiente e cuidadosa.

**Região de Integração Guamá** - Os municípios de Igarapé-Açu, Santa Izabel do Pará, Santa Maria e Terra Alta receberam a ação de Promoção de Acesso ao Registro Civil com o objetivo de assegurar o acesso aos serviços de emissão de 2ª vias de registros civis (Certidão de Nascimento, Casamento e Óbito) e permitir que cidadãos exercessem plenamente seus direitos e cidadania. Para isso, a ação teve como público-alvo pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Das pessoas atendidas 60,40% foram encaminhadas ao Cartório parceiro, enquanto os demais foram direcionados à Defensoria Pública do Estado para atendimentos específicos. A Ação teve parceria com a Prefeitura, a Secretaria de Assistência Social do Município, Cartório local. Dos atendidos 6,2% tinham deficiência física, 4,2% deficiência neurológica e 4,2% deficiência visual, observa-se que 14,6% dos usuários dos serviços se declararam como Pessoas com Deficiência (PCDs) o que reforça a necessidade de uma abordagem inclusiva e adaptada.

**Região de Integração Lago de Tucuruí** - Na região o município atendido foi Tucuruí que alcançou a meta promovendo atendimentos a população local como os serviços de orientação e encaminhamentos para emissão gratuita de 2ª via de Registros Civis de nascimento, óbito e casamento ao Cartório parceiro, a atividade teve também como objetivo conscientizar a população sobre seus direitos, além de fomentar a cultura de respeito e inclusão social com a obtenção de documentos civis, muitas vezes negligenciada.

**Região de Integração Marajó** – Na Região os 18 municípios foram contemplados com a ação de Promoção de Acesso ao Registro Civil, beneficiando 781 pessoas. A mobilização promovida pelo Núcleo de Justiça e seus colaboradores resultou em um chamamento coletivo de grande público interessado no serviço, motivo pelo qual ultrapassou-se a meta prevista no OGE em todos os municípios da Região. O objetivo da ação foi assegurar que os cidadãos, principalmente aqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica, tivessem pleno acesso aos serviços de Registro Civil garantindo assim, o exercício de seus direitos e a cidadania. A ação foi direcionada população da Cidade e Ribeirinha do Marajó, sobretudo as pessoas que não possuíam registro civil.

**Região de Integração Rio Caeté** - Os municípios de Capanema, Quatipuru e Bragança receberam a Ação que buscou assegurar que os cidadãos, em especial aqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica, atualizassem sua documentação pessoal de origem, seja por mudança no estado civil, mudança de nome (civil ou social) ou por morte de parentes, que é essencial para o exercício do seu direito de personalidade que perpassa por ter o nome e a identidade pessoal correspondente ao seu status que em seu território e na condição existencial que pretenda experimentar. A Ação foi direcionada para garantir um atendimento personalizado e efetivo, focado nas necessidades específicas do público-alvo, a articulação e mobilização realizada pela SEJU junto à rede de Assistência Social, Defensoria Pública e ao Cartórios dos municípios foram fundamentais para garantir a eficácia da ação.

As demandas foram atendidas conforme suas naturezas: os casos de segunda via de certidões de nascimento, casamento ou óbito foram solucionados diretamente pelo Cartório. Por outro lado, para os casos que requeriam encaminhamento judicial ou outras demandas mais complexas, a Defensoria Pública foi acionada, assegurando que cada cidadão recebesse a orientação e o suporte necessários para resolver suas questões.

**Região de Integração Rio Capim** – A equipe técnica do Núcleo Regional de Justiça em Paragominas, em conjunto com a equipe técnica da sede administrativa da SEJU, deliberaram sobre a necessidade de atender às demandas significativas identificadas em outros municípios da região. Como resultado, a redistribuição das ações foi definida como uma medida estratégica para garantir um atendimento amplo e equitativo à situação de vulnerabilidade social. Dessa forma, a execução originalmente programada para o município de Paragominas foi realocada para os municípios de Garrafão do Norte (24 atendimentos), Ipixuna do Pará (43 atendimentos), Irituia (36 atendimentos), Mãe do Rio (28 atendimentos) e Ulianópolis (16 atendimentos), totalizando 147 atendimentos realizados. Embora a meta inicialmente prevista para Paragominas não tenha sido alcançada, essa realocação permitiu uma abrangência mais ampla e significativa, garantindo significativo acesso aos serviços essenciais de emissão gratuita de 2ª vias de registros civis.

**Região de Integração do Tocantins** – Com o intuito de reforçar a promoção e garantia dos direitos a SEJU realizou nos municípios de Abaetetuba, Acará, Barcarena, Cametá e Igarapé-Miri a Ação de Promoção de Acesso ao Registro Civil, a iniciativa foi essencial para garantir o exercício de direitos básicos e inclusão social, essa atividade permitiu que a população local em vulnerabilidade social e econômica tivesse acesso facilitado ao Registro Civil de forma gratuita (2ª de certidões de nascimento, óbito e casamento), assegurando que todos pudessem se beneficiar de direitos fundamentais. Nesses municípios ações tiveram o foco no engajamento da comunidade no processo de conscientização sobre cidadania e justiça social, promovendo atividades que incentivassem a população e servidores a se envolverem ativamente na defesa de seus direitos e no fortalecimento do compromisso cívico com a igualdade e a justiça. A parceria com os Cartórios da Região foi extrema importância para a garantia de direito aos que estavam sendo atendidos. Na oportunidade foram disponibilizadas orientações referentes a cada caso. Obteve-se o suporte do Centro de Referência Especializada em Assistência Social (CREAS) e Cadastro Único (CadÚnico).

**Região de Integração do Xingu** – o Núcleo Regional de Justiça do Xingu /NRJ realizou a Ação nas cidades de Altamira, Brasil Novo, Medicilândia e Vitória do Xingu, o objetivo foi assegurar que os cidadãos, principalmente aqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica, tivessem pleno acesso aos serviços de Registro Civil, garantindo, assim, o exercício de seus direitos e a cidadania. A ação de Promover o Acesso ao Registro Civil busca garantir a emissão de forma gratuita das segundas vias das certidões de nascimento, casamento ou óbito emissão de 2 via de certidão de casamento com averbação de Divórcio. A parceria com os Cartório do 3º Ofício de Altamira, Cartório de Único Ofício do município de Vitória do Xingu, Cartório de Único Ofício do município de Medicilândia, cartório de Único Ofício do município de Brasil Novo foram essenciais para a concretização da atividade.

## **Contextualização Geral**

A ação de promoção do Acesso ao Registro Civil, desenvolvida em diversas Regiões de Integração do estado em 2024, teve como objetivo central garantir a emissão gratuita de 2ª vias de registros civis para pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Esta iniciativa, realizada por meio de parcerias com cartórios, órgãos de assistência social, prefeituras e outras entidades locais, proporcionou um impacto significativo no fortalecimento da cidadania e inclusão social. A descentralização da execução foi um fator decisivo para ampliar o alcance da ação, atendendo às demandas específicas de cada região, como no Baixo Amazonas, onde a meta foi superada em mais de 100%, ou no Marajó, que abarcou todos os 18 municípios da região, beneficiando comunidades ribeirinhas e urbanas. O trabalho integrado entre os Núcleos Regionais de Justiça e a sede da SEJU garantiu não apenas a eficácia da execução, mas também o acesso equitativo aos serviços oferecidos, promovendo maior capilaridade e impacto social.

## **Conclusão**

A execução da ação em 2024 demonstra o compromisso da SEJU com a promoção dos direitos fundamentais e a inclusão social das populações mais vulneráveis. Apesar dos ajustes estratégicos, como a redistribuição de atendimentos entre municípios, os resultados alcançados reforçam a importância da articulação interinstitucional e da descentralização como ferramentas para ampliar o alcance e a eficácia das políticas públicas. Com resultados que muitas vezes superaram as metas programadas, uma ação que não só garantiu o acesso ao registro civil, mas também promoveu a conscientização sobre cidadania e direitos, contribuindo para o fortalecimento da justiça social e da igualdade de oportunidades no estado.

# AÇÃO - 8214

## Implementação de Programas de Proteção a Pessoas Ameaçadas

O Programa é uma iniciativa do governamental que visa assegurar a segurança e o amparo de indivíduos em risco por colaborarem com investigações judiciais e processos criminais. Este programa tem como objetivos principais garantir a segurança de vítimas e testemunhas envolvidas em processos legais, encorajar a colaboração de cidadãos com as autoridades judiciais, assegurando que possam contribuir sem medo de retaliações, e contribuir para a eficácia do sistema de justiça criminal, garantindo a disponibilidade e a integridade de testemunhos essenciais.

### QUADRO DEMONSTRATIVO

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO	Municípios	Meta Planejada	Meta Alcançada	% Realizado
Guajará	Belém	1	1	100%

### Análise Técnica

O Programa Estadual de Assistência a Vítimas, Testemunhas e Familiares de Vítimas de Crimes – PROVITA/PA, é gerido pela Secretaria de Estado de Justiça (SEJU), em conjunto com o Conselho Deliberativo (CONDEL), composto por representantes de entidades governamentais e da sociedade civil. A análise está fundamentada em dados operacionais, na legislação de criação do programa (Lei nº 9.807/1999, Decreto nº 3.518/2000, Lei Estadual nº 6.325/2000 e no Regimento Interno do Conselho Deliberativo) e nos princípios de cidadania, direitos humanos e acesso à justiça. O objetivo é evidenciar a conformidade do programa com suas diretrizes e o impacto de suas ações na sociedade paraense.

### As principais diretrizes do programa incluem:

- Oferecer proteção integral a vítimas e testemunhas sob grave ameaça;
- Promover uma gestão integrada entre a SEJU, instituições parceiras e entidades conveniadas;
- Fornecer suporte financeiro, medidas de segurança e assistência social;

Garantir o financiamento através orçamento estadual e repasses federal. A execução do programa é supervisionada pela Coordenadoria de Monitoramento de Direitos Violados (CMDV), responsável pelo acompanhamento da entidade conveniada que operacionaliza o PROVITA/PA, atualmente o Grupo de Mulheres Brasileiras (GMB).



**PROVITA**  
PROGRAMA DE PROTEÇÃO A VÍTIMAS  
E TESTEMUNHAS AMEAÇADAS

## Resultados Operacionais de 2024

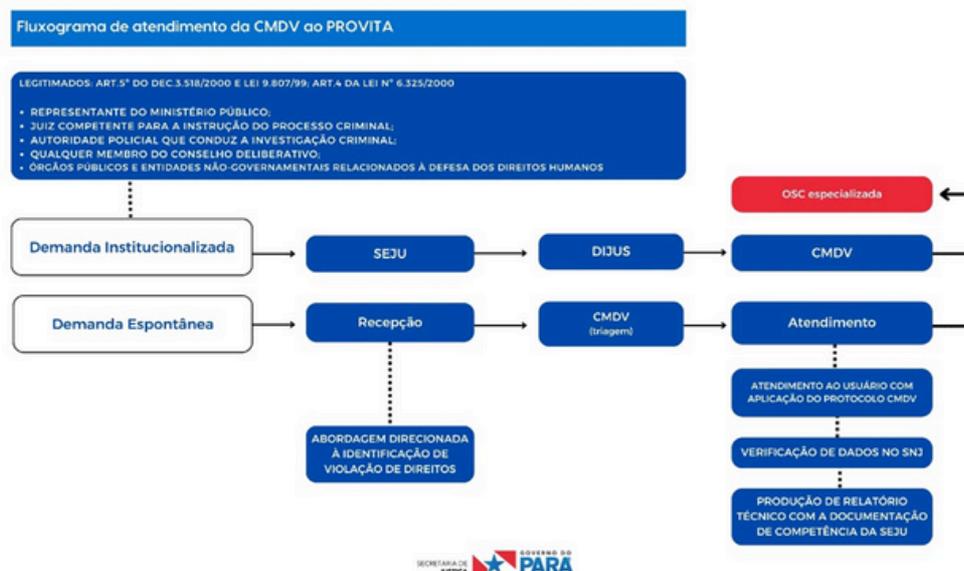
No início de 2024, o programa atende 7 casos, abrangendo 27 usuários. Em dezembro, o número de casos manteve-se em 7, com 25 usuários, reflexo da rotatividade característica do serviço. Durante o ano, foi obtido um pico entre junho e novembro, com 9 casos e 28 usuários. Os beneficiários atendidos foram distribuídos equilibradamente entre os sexos masculino e feminino, sendo 33,33% crianças, 33,33% jovens adultos e 33,33% adultos. Em relação à cor/raça, 33,33% identificaram-se como pretos, 16,67% como indígenas e 50% como pardos. No exercício 2024, o programa foi financiado por uma contrapartida estadual de R\$ 6.297.242,81 e um repasse federal de R\$ 10.954.769,89, totalizando R\$ 17.252.012,70, permitindo a execução de ações planejadas e contínuas ao longo de 36 meses.

## Ações Estratégicas e Atividades Desenvolvidas

A CMDV promove iniciativas que promovem a qualificação e a humanização dos serviços, através de reuniões com o CONDEL e o nivelamento de procedimentos, garantindo transparência e eficiência. Foram modificados dois termos de cooperação nas áreas de saúde e educação, em análise para posterior validação. Também foram desenvolvidos fluxos de atendimento e materiais de suporte, como folders informativos sobre o programa, apresentados na reunião do CONDEL em outubro de 2024. Essas ações facilitaram a integração das demandas dos usuários e a articulação com os setores envolvidos. O CMDV participou de grupos de trabalho intersetoriais voltados para educação, saúde e segurança, promovendo uma abordagem integrada e fortalecendo a rede de proteção. As discussões nesses espaços resultaram em parcerias fundamentais para garantir os direitos dos protegidos.

## Desafios e Perspectivas Futuras

A extensão territorial do Pará e a diversidade dos casos atendidos representaram desafios significativos, exigindo ações articuladas e soluções adaptadas. A SEJU, por meio da CMDV, declarou compromisso em superar essas adversidades, implementando uma escuta ativa que valoriza as complexidades humanas envolvidas. Apesar das dificuldades, o PROVITA/PA se consolida como uma ferramenta necessária para a garantia dos direitos humanos, fortalecendo a confiança da população nas instituições públicas. Os avanços de 2024 destacam a importância da continuidade do programa e do aprimoramento constante de suas estratégias, garantindo proteção, dignidade e justiça social para as vítimas e testemunhas que dependem dessa rede de apoio. O fluxo bem definido de procedimentos, embora necessário, só ganha sentido se aliado a escuta ativa que realmente compreenda as complexidades humanas envolvidas.



# AÇÃO - 8211

## Realização de Caravanas de Cidadania e Direitos Humanos

Promover atividades coletivas itinerantes com o propósito de disseminar informações, serviços e atividades ligadas à cidadania e aos direitos humanos em diversas regiões, municípios, comunidades, priorizando aquelas com acesso restrito a esses recursos. Os principais objetivos incluem promover a conscientização e educação sobre cidadania e direitos humanos, facilitar o acesso a serviços e informações pertinentes em comunidades carentes ou isoladas, e estimular a participação cívica ativa, bem como a defesa dos direitos individuais, coletivos e difusos.



Caravana na região do Marajó

### QUADRO DEMONSTRATIVO DE ATIVIDADES.

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO	MUNICÍPIOS	META PLANEJADA	META ALCANÇADA	% REALIZADO
Araguaia	Água Azul do Norte, Bannach, Conceição do Araguaia, Cumaru do Norte, Floresta do Araguaia, Ourilândia do Norte, Pau D'Arco, Redenção, Rio Maria, Sta. M <sup>a</sup> das Barreiras, Santana do Araguaia, São F. Do Xingu, Sapucaia, Tucumã e Xingu.	1.500	2.879	191,93%
Baixo Amazonas	Alenquer, Almeirim, Belterra, Curuá, Faro, Juruti, Mojuí dos Campos, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Prainha, Santarém e Terra Santa.	1.300	2.876	221,23%
Carajás	Bom Jesus do Tocantins, Brejo Grande do Araguaia, Canaã dos Carajás, Curionópolis, Eldorado dos Carajás, Marabá, Palestina do Pará, Parauapebas, Piçarra, São Domingos do Araguaia, São Geraldo do Araguaia e São João do Araguaia.	1.200	2.106	175,50%
Guajará	Ananindeua, Belém, Benevides, Marituba, Santa Bárbara do Pará	1.700	7.126	419,18%
Guamá	Castanhal, Colares, Igarapé-Açu, Inhangapi, Santa Izabel do Pará, Santa M <sup>a</sup> do Pará, São Francisco do Pará, São Miguel do Guamá, Terra Alta e Vigia.	3.200	3.913	122,28%

Produto: Atendimento Realizado

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO	MUNICÍPIOS	META PLANEJADA	META ALCANÇADA	% REALIZADO
Lago de Tucuruí	Breu Branco, Goianésia do Pará, Nova Ipixuna, Novo Repartimento, Tucuruí.	800	1.472	184%
Marajó	Afuá, Anajás, Bagre, Breves, Cachoeira do Arari, Chaves, Curralinho, Gurupá, Melgaço, Muaná, Oeiras do Pará, Ponta de Pedras, Portel, Salvaterra, Santa Cruz do Ararari, São S. da Boa Vista e Soure.	1.700	4.841	284,76%
Rio Caeté	Rio Caeté Bonito, Bragança, Capanema, Salinópolis e Viseu.	2.000	2.728	136,40%
Rio Capim	Abel Figueiredo, Aurora do Pará, Bujaru, Capitão Poço, Concórdia do Pará, Dom Eliseu, Garrafão do Norte, Ipixuna do Pará, Irituia, Mãe do Rio, Mãe do Rio, Nova Esperança do Piriá, Ourém, Tomé-Açu e Ulianópolis.	1.600	2.823	176,44%
Tapajós	Aveiro, Itaituba, Rurópolis, Trairão	1.200	2.221	185,08%
Tocantins	Abaetetuba, Acará, Barcarena, Cametá, Limoeiro do Ajuru.	1.200	1.230	102,50%
Xingu	Altamira, Anapu, Brasil Novo, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará, Vitória do Xingu.	1.000	2.188	218,80%

Produto: Atendimento Realizado

## **Análise de desempenho da ação**

A ação demonstrou ser um instrumento eficaz de promoção da cidadania e inclusão social por meio da prestação de serviços essenciais à população, especialmente para aqueles em situação de vulnerabilidade. Com atendimento direcionado, a ação superou a meta inicial de 18.400 pessoas atendidas, alcançando mais de 36.400 beneficiários em um período de 12 meses. Esses números refletem a dedicação da equipe e a eficiência da metodologia aplicada, que é mostrada focada nas reais necessidades dos cidadãos.

As atividades realizadas em diferentes regiões evidenciaram o compromisso com os serviços e a redução das desigualdades. A descentralização e o fortalecimento do atendimento regionalizado foram marcantes durante a execução das ações. Os Núcleos Regionais de Justiça, estrategicamente localizados em Altamira, Breves, Paragominas, Marabá, Santarém e Xinguara, desempenharam um papel fundamental ao oferecer respostas rápidas e eficazes às demandas locais, propiciando um alcance efetivo das metas. Na Região do Guajará, o suporte das prefeituras, câmaras municipais e voluntários locais foi essencial para viabilizar a infraestrutura e mobilizar a comunidade. Foram oferecidos serviços como emissão da 1º e 2º via de RG, encaminhamento para certificações de nascimento, cadastro em programas governamentais e orientações sobre direitos civis, impactando especificamente pessoas em vulnerabilidade, que passaram a ter acesso ampliado a benefícios sociais e à regularização documental.

No Marajó, as dificuldades logísticas devido à vasta extensão territorial foram superadas com parcerias municipais e organizações locais. A ação incluída na emissão de RG, encaminhamento para 2ª via de certidões de nascimento, orientações sobre CPF e suporte a serviços da plataforma Gov, como CTPS digital. Destacamos as comunidades ribeirinhas e ilhas isoladas, muitas vezes cidadãos de serviços básicos, foram integrados ao exercício pleno da cidadania, promovendo maior inclusão social.

A região do Baixo Amazonas enfrentou desafios logísticos e geográficos, decorrentes de sua vasta extensão territorial e das condições de acesso restrito em áreas rurais e comunidades ribeirinhas. Para superar essas adversidades, foram mobilizadas unidades móveis terrestres e fluviais, o que possibilitou a chegada de serviços essenciais a locais de difícil acesso. A ação se destacou pela emissão de documentos fundamentais, como RG, CPF e certificações de nascimento, além de oferecer orientações abrangentes sobre registro civil e suporte especializado para a inserção da população em programas sociais. Essas iniciativas promoveram uma maior integração das comunidades atendidas, fortalecendo a inclusão social e ampliando o alcance dos direitos básicos.

No Tocantins, as condições precárias das estradas e as limitações climáticas foram superadas com o empenho da equipe técnica, os serviços oferecidos incluíram emissão de RG, orientação sobre direitos civis e regularização de documentação.

A ação na região do Xingu alcançou comunidades isoladas enfrentando desafios impostos por características geográficas adversárias, como áreas alagadas e distâncias extensas. Por meio dessa ação, foram oferecidos serviços essenciais que incluíam a emissão de documentos, suporte a programas governamentais e atividades de conscientização, beneficiando moradores de ilhas e regiões remotas. Destacam-se os atendimentos realizados no município de Altamira, no Reassentamento Urbano Coletivo (RUC), na Ilha Urubuquara e na localidade Pirarara 2, no Assurini, que promoveram a inclusão social e ampliaram o acesso aos direitos básicos. Durante a execução das ações, as populações indígenas e aldeadas receberam atenção especial. Foi realizado um trabalho focado na retificação de certificações, inclusão de sobrenomes de etnias e no registro tardio de nascimento, exigências essenciais para garantir a cidadania desses grupos. O impacto positivo das atividades foi evidente, atendendo necessidades urgentes das comunidades. A efetividade das Caravanas foi potencializada por meio de parcerias estratégicas.

Em colaboração com a Polícia Civil, garantiu-se autorização de custos nos atendimentos para pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Além disso, os cartórios do Xingu, Vitória do Xingu e Medicilândia desempenharam papel fundamental no suporte às demandas documentais, enquanto a rede protetiva, composta por órgãos como DEAM, DEACA, PARAPAZ, CRAS, CREAS, Conselhos Tutelares e Conselhos de Direitos, fortaleceu a assistência integral às comunidades. A vasta extensão territorial da Região de Integração do Xingu e as dificuldades de acesso a serviços básicos, como saúde, educação e infraestrutura, requer soluções como grandes desafios, especialmente para as populações indígenas e ribeirinhas. Essas comunidades ainda enfrentam condições de vulnerabilidade social, como pobreza e marginalização, que limitaram sua participação efetiva nas decisões políticas. As estratégias adotadas pelas Caravanas permitiram o fortalecimento da rede intersetorial e assistencial, com base no diálogo contínuo com as comunidades atendidas. Além dos serviços previstos no Plano Plurianual, foi promovida a participação cidadã, garantindo que as vozes das comunidades fossem ouvidas e que suas necessidades fossem incorporadas às políticas públicas. Como resultado, as Caravanas deixaram um legado de inclusão, cidadania e fortalecimento social para os direitos da região do Xingu.

Os principais entraves apresentados variaram de acordo com as características regionais. Infraestrutura limitada, dificultou a logística em regiões como Marajó e Tocantins. O isolamento geográfico e as condições climáticas adversas complicaram o transporte de equipes e materiais em áreas como o Xingu e o Baixo Amazonas. Recursos humanos e materiais limitados também impactaram a execução das ações, assim como a dificuldade de comunicação e divulgação em comunidades remotas.

Para superar esses desafios, é fundamental investir na melhoria da infraestrutura, incluindo pavimentação de estradas e modernização de portos. A adoção de tecnologias emergentes, como aplicativos para agendamento e pontos de acesso à internet, pode otimizar os serviços. Além disso, é necessário ampliar a equipe técnica e estabelecer parcerias com ONGs e instituições locais para potencializar a capacidade logística e de atendimento. Além de motivar campanhas de sensibilização utilizando rádios e redes sociais para intensificar o alcance das informações acerca da disponibilidade dos serviços.

Os benefícios da ação foram amplos e significativos. A emissão de RGs, CPFs e certidões de nascimento e IDJovem, garantiram acesso a direitos básicos, especialmente para pessoas em vulnerabilidade. A participação cívica foi fortalecida, ampliando a autonomia dos cidadãos no exercício de seus direitos e deveres. Parcerias com municípios propiciaram uma melhora na logística e no suporte às comunidades remotas. Orientações sobre direitos civis e registro civil promoveram maior conscientização sobre a importância da documentação, enquanto o acesso facilitado aos benefícios governamentais resultou diretamente na qualidade de vida das populações atendidas. Além disso, a regularização documental reforça a segurança jurídica, prevenindo fraudes e fortalecendo a proteção dos cidadãos.



Ações em Melgaço

O impacto das ações reafirma o compromisso da SEJU com a construção de uma sociedade mais justa, equitativa e participativa. A inclusão social promovida e os avanços aprimorados reforçam a importância de melhoria contínua nas abordagens para ampliar o alcance e maximizar os resultados. O fortalecimento das políticas públicas voltadas à cidadania segue como prioridade, consolidando uma gestão eficiente e comprometida com o desenvolvimento humano regionalizado.

As ações realizadas pelas Caravanas na região do Rio Capim tiveram resultados significativos, alinhando-se às diretrizes estratégicas do Plano Plurianual (PPA) e contribuindo diretamente para a inclusão social e o fortalecimento da cidadania. Por meio da oferta de serviços integrados e acessíveis, as iniciativas atendem às necessidades da população local, promovendo avanços concretos no acesso aos direitos fundamentais. O desempenho das Caravanas foi amplamente abrangente, evidenciado pelo cumprimento das metas condicionantes no PPA. A adesão expressiva da comunidade, com um aumento substancial na procura pelos serviços, destaca a relevância das estratégias adotadas. Esse cenário reflete não apenas o impacto positivo das ações, mas também o reconhecimento e a confiança da população na capacidade da Secretaria de atender às suas demandas.

A colaboração com organizações locais e instituições regionais desempenhou um papel crucial para o sucesso da iniciativa. Essa articulação ampliou o alcance das ações, permitindo que os serviços chegassem a áreas rurais e remotas carentes de atendimento público adequado. Ao respeitar as particularidades culturais e socioeconômicas da região, as Caravanas fortaleceram o vínculo entre a população e os serviços oferecidos, promovendo soluções adaptadas às realidades locais.

Os impactos sociais observados foram igualmente expressivos. Além de promover a inclusão e facilitar o acesso aos direitos fundamentais, as ações fomentaram o empoderamento comunitário. A participação ativa da população não apenas validou a eficácia do programa, mas também reforçou o sentimento de pertencimento e colaboração na busca por soluções mais eficazes e sustentáveis. Essa abordagem colaborativa foi determinante para garantir que as demandas da população fossem atendidas de maneira eficiente e respeitosa.

Apesar dos avanços, é necessário considerar oportunidades de melhoria para consolidar e ampliar o impacto da iniciativa. Investimentos em infraestrutura e logística podem garantir a continuidade do atendimento em áreas de difícil acesso, enquanto o uso de tecnologias da informação pode otimizar a coleta de dados e a gestão das demandas. Além disso, o fortalecimento de parcerias com novas organizações e a capacitação de lideranças locais podem contribuir para a diversificação e ampliação dos serviços oferecidos.

Concluimos que a combinação de resultados positivos, adesão comunitária e impacto social ressalta a importância de continuar investindo em iniciativas como esta, que transformam realidades e promovem a igualdade de oportunidades. Com ajustes estratégicos e um compromisso contínuo, é possível consolidar ainda mais os avanços aprimorados e ampliar os benefícios para outras comunidades.



Ações em Gurupá



Ações em no mês de julho

# AÇÃO - 8801

## Promoção dos Direitos Difusos

Visa proporcionar um atendimento eficiente e eficaz ao público, focando na proteção e defesa dos direitos do consumidor. Isso inclui orientar consumidores sobre seus direitos e deveres, mediar conflitos entre consumidores e fornecedores, fiscalizar e assegurar o cumprimento das normas de proteção ao consumidor, e promover a educação para o consumo consciente.

**Quadro Demonstrativo de Atividades**

Região de Integração	Municípios	Meta Planejada	Meta Alcançada	% Realizado
Baixo Amazonas	Juruti e Santarém	-	50	-
Guajará	Belém e Marituba	100	16.707	16.707%
Guamá	Marapanim	-	106	-

**Produto: Atendimento Realizado**

### Análise de desempenho da ação

A execução desta ação no período de janeiro a dezembro de 2024 desempenhou um papel crucial na construção de um ambiente de consumo mais transparente e responsável, sendo por meio de diferentes serviços de caráter fixo e itinerante com o total de 22.009 atendimentos realizados, em municípios das regiões de integração do Baixo Amazonas, Guajará e Guamá.

Nessas localidades, são oferecidos mutirões de atendimento ao público, palestras educativas e orientações diversas, promovendo o consumo consciente e a inclusão social. O alcance maior com os serviços ainda é na região do Guajará, foram o total de 21.223 atendimentos realizados, localizados nas Estações Cidadania (Pátio Belém e Grão Pará) e Usinas da Paz Benguí (Cabanagem, Benguí e Icuí-Ananindeua) totalizando 6.410 atendimentos presenciais de abril a dezembro de 2024.

Resultando em notável predominância da categoria consulta e reclamação, baixa de denúncia. A categoria de consultas, sendo a mais frequente com um total de 9.544 ocorrências, destaca o papel proativo em fornecer orientações preventivas aos consumidores, propõe-se a ampliação de programas educacionais, parcerias com instituições educacionais, e a utilização de mídias digitais para disseminação de informações podem ser eficazes. Além disso, a realização de seminários e a distribuição de materiais educativos em locais de grande circulação contribuíram para um consumidor mais informado e menos propenso a conflitos de consumo.

As reclamações somaram 5.079, indicando áreas onde ainda há desafios significativos nas relações de consumo que requerem atenção contínua e uma abordagem assertiva para a resolução de disputas, a necessidade de reforça o monitoramento continuamente as práticas do mercado para assegurar que os direitos dos consumidores sejam protegidos eficazmente. Notavelmente, as denúncias totalizaram 190 ao longo do ano, um dado que, embora menor em comparação com as outras categorias, é vital para identificar e agir contra práticas abusivas no mercado e sugere a necessidade de fortalecer mecanismos que incentivem os consumidores a reportar práticas injustas, ampliando a capacidade do órgão de agir de maneira preventiva e corretiva.

Esses dados coletivamente informam as políticas públicas, sugerindo que enquanto os esforços de educação e prevenção são fundamentais, existe uma necessidade contínua de robustecer as ações de fiscalização e resposta a reclamações e denúncias. Este equilíbrio é essencial para assegurar que os direitos do consumidor não apenas sejam entendidos, mas efetivamente protegidos e defendidos, alinhando-se assim com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável relacionados à justiça e instituições eficazes. De origem de reclamações e auto de infração resultou em :

#### QUADRO DEMONSTRATIVO DE ATIVIDADES.

MESES	PROCESSOS PROCEDENTES	MULTAS APLICADAS (EM REAL)	PROCESSOS IMPROCEDENTES	ORIENTAÇÕES, ANÁLISES, PARECERES	TOTAL GERAL DE AÇÕES
JANEIRO	19	1.204.066,60	-	06	25
FEVEREIRO	-	-	-	-	-
MARÇO	13	705.042,80	-	17	30
ABRIL	12	661.549,90	-	07	19
MAIO	09	290.715,70	01	04	14
JUNHO	08	370.834,20	-	04	12
JULHO	-	-	-	-	-
AGOSTO	03	311.317,60	01	07	11
SETEMBRO	02	86.985,80	-	24	26
OUTUBRO	04	155.658,80	-	05	09
NOVEMBRO	07	421.194,40	-	02	09
DEZEMBRO	15	453.241,80	-	09	24
<b>TOTAL</b>	<b>92</b>	<b>4.660.607,60</b>	<b>02</b>	<b>85</b>	<b>179</b>

## Principais entraves

- 1. Problemas Técnicos com o Sistema Proconsumidor:** frequentemente fica fora do ar devido a falhas na transmissão. Esse problema técnico resulta em interrupções no serviço, atrasando a resolução de casos e afetando negativamente a experiência dos usuários. Limitações de Dados Disponíveis, existem lacunas significativas nos tipos de dados que podem ser registrados na plataforma. A ausência de certos dados necessários impede a equipe de capturar todas as informações relevantes, limitando a capacidade de análise e resposta.
- 2. Restrições no Registro de Informações no Sistema Proconsumidor:** Visualização e Relatórios Limitados: A plataforma atual não oferece relatórios que permitam uma visualização ampla e detalhada dos atendimentos realizados. A capacidade de gerar relatórios mais complexos e informativos é crucial para uma gestão eficaz. Cadastro de Fornecedores Desatualizado, este sistema não está sincronizado com o cadastro da Receita Federal, o que pode levar a inconsistências de informações e dificuldades na identificação correta dos fornecedores envolvidos. Limitação no Registro de Fornecedores por Atendimento: A plataforma atualmente restringe a inclusão a no máximo dois fornecedores por registro de atendimento.
- 3. Quanto ao quadro demonstrativo** sobre a etapa administrativa resultante dos atendimentos ao usuário o serviço PROCON, em fevereiro e julho, meses em que não houve atividades registradas, em decorrência está diretamente relacionada a falta de pessoal, uma vez que a única servidora responsável pelo setor assumiu interinamente a direção do PROCON durante as férias da diretora titular em fevereiro e estava de férias em julho.

## Proposta de melhoria

Para superar esses obstáculos, é essencial que medidas sejam tomadas para atualizar e aprimorar o sistema Proconsumidor, incluindo melhorias na infraestrutura de TI e na capacidade de processamento de dados. Investimentos em novos equipamentos e a integração de sistemas de informação com bases de dados atualizadas, como a da Receita Federal, irão significativamente melhorar a operacionalidade e a eficácia do atendimento do usuário do serviço. Além disso, o desenvolvimento de um módulo de relatórios mais robusto e flexível ajudará a equipe a monitorar, analisar e responder às necessidades dos consumidores com maior precisão.

A necessidade premente de reforço de pessoal qualificado, como advogados ou bacharéis em direito. Expansão da Fiscalização e Atendimento Regionalizado, respondendo proativamente às demandas recebidas por ofício de municípios e entidades de defesa do consumidor.

Esta abordagem assegura que áreas anteriormente menos atendidas recebam atenção adequada, garantindo a proteção dos direitos do consumidor em uma base mais ampla e equitativa. Fortalecimento das Operações de Atendimento ao Consumidor Continuará a ser oferecido um amplo espectro de serviços, incluindo atendimento presencial, orientações, visitas técnicas, suporte técnico operacional e consultas. Com as palestras e campanhas educativas, alcançando um público mais amplo e aumentar a conscientização sobre os direitos do consumidor. Implementação de Sistema de Agendamento e Resolução de Demandas Online Um novo sistema de agendamento e resolução de demandas online será implantado para facilitar o acesso dos consumidores aos serviços do PROCON/PA. Esta plataforma digital permitirá que os consumidores registrem reclamações, agendem consultas e acompanhem o andamento de seus casos de maneira eficiente e conveniente, melhorando significativamente a experiência do usuário e a capacidade de resposta do órgão. A reestruturação dos fluxos processuais e a implementação de ferramentas de gestão mais eficazes são essenciais para acelerar a resolução de casos e garantir uma aplicação mais efetiva das leis de proteção ao consumidor. Adaptação às novas demandas do mercado com estratégias para enfrentar os desafios apresentados por novos produtos e serviços, especialmente aqueles oferecidos através de plataformas digitais. Esta adaptação envolve a atualização das competências dos servidores para lidar com questões como fraudes online e problemas de privacidade e segurança de dados. Serão fortalecidas as parcerias com outras entidades governamentais e não governamentais, ampliando o alcance e a eficácia das iniciativas de proteção ao consumidor. A colaboração interinstitucional será uma pedra angular para uma abordagem mais holística e coordenada na defesa dos direitos dos consumidores.



# AÇÃO - 8803

## Fiscalização de Estabelecimentos Comerciais, Produtos e Serviços para Garantia dos Direitos do Consumidor

Visa garantir que estabelecimentos comerciais, produtos e serviços estejam em total conformidade com as leis e regulamentos de proteção ao consumidor. Isso envolve proteger os consumidores contra práticas comerciais desleais, produtos perigosos ou serviços inadequados, e promover um ambiente de mercado justo e transparente

### QUADRO DEMONSTRATIVO DE ATIVIDADES.

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO	MUNICÍPIOS	META PLANEJADA	META ALCANÇADA	% REALIZADO
<b>Carajás</b>	Bom Jesus do Tocantins, Brejo Grande do Araguaia, Canaã dos Carajás, Curionópolis, Eldorado dos Carajás, Marabá, Palestina do Pará, Parauapebas, Piçarra, São Domingos do Araguaia, São Geraldo do Araguaia e São João do Araguaia.	-	359	-
<b>Guajará</b>	Ananindeua, Belém, Benevides, Marituba e Sta. Barbara do Pará.	50	449	898%
<b>Guamá</b>	Castanhal, Colares, Curuçá, Igarapé-Açu, Magalhães Barata, Maracanã, Marapanim, Sta Izabel do Pará, Santo Antônio do Tauá, São Caetano de Odivelas, São Domingos do Capim, São Francisco do Pará, São João da Ponta, São Miguel do Pará, Terra Alta e Vigia.	349	389	111,46%
<b>Marajó</b>	Soure	-	1	-
<b>Rio Caeté</b>	Bragança, Capanema e Salinópolis	50	100	200%
<b>Tapajós</b>	Aveiro, Itaituba, Jacareacanga, novo Progresso, Rurópolis e Trairão.	162	188	116%
<b>Tocantins</b>	Barcarena. Cametá e Mocajuba.	-	53	-

Produto: Fiscalização Realizada

## Análise de desempenho da ação

Consideramos que a execução desta ação teve um impacto significativo na melhoria das condições de consumo e no aumento da conscientização dos direitos dos consumidores em todo o Estado do Pará. Impactando a sociedade com a melhoria de suas vidas, pois verificou-se que fiscalização intensiva e as campanhas educativas conduzidas pelo PROCON/PA ampliaram significativamente o conhecimento sobre direitos e deveres nas relações de consumo. Este esclarecimento é vital para empoderar os cidadãos, permitindo que eles façam escolhas mais informadas e exigentes, o que leva a um mercado mais justo e transparente; garante o aumento na qualidade dos produtos e serviços disponíveis; os fornecedores passam a promover de práticas de consumo responsável e não mais abusivas. Contribuindo para um ciclo econômico sustentável, onde recursos são melhores utilizados e os consumidores recebem produtos e serviços que respeitam os padrões éticos e ambientais. O serviço de fiscalização reforçam a estrutura de governança, incentivam o respeito pelas leis de proteção ao consumidor e promovem um ambiente de mercado que é essencial para o bem-estar econômico e social da população paraense.

### QUADRO DEMONSTRATIVO DE ATIVIDADES.

Fiscalização de Estabelecimentos Comerciais, Produtos e Serviços programados através do Plano Plurianual – PPA 2024/2027.			
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2024			
REGIÃO DE INTEGRAÇÃO	MUNICÍPIOS ATENDIDOS	ESTABELECIMENTOS PROGRAMADOS	ESTABELECIMENTOS FISCALIZADOS
R.I CARAJÁS	12	296	312
R.I GUAJARÁ	06	425	437
R.I GUAMÁ	17	319	321
R.I CAETÉ	01	50	64
R.I TAPAJÓS	06	162	173
<b>TOTAL</b>	<b>42</b>	<b>1.252</b>	<b>1.307</b>

Fonte: Coordenação de Fiscalização Procon/PA -CFISC – 2024

**Região de integração de Carajás** - Fiscalização superou o planejamento inicial, com um aumento de 16 estabelecimentos fiscalizados além do previsto, tendo como fator as demandas emergentes na região. Desempenho além das metas: Municípios como Curionópolis, Eldorado dos Carajás, Piçarra e Parauapebas mantiveram um desempenho superior às metas programadas, com destaque para Parauapebas, que foi possível fiscalização 3 estabelecimentos a mais que o programado. Isso evidencia uma atuação proativa, respondendo às demandas emergentes e situações previamente mapeadas. Meta não alcançada: Palestina do Pará apresentou uma queda de 2 fiscalizações em relação à meta inicial. No entanto, os esforços em visitas de retorno indicam comprometimento com a total cobertura da região.



Procon realizando fiscalização

**Região de integração de Guajará** - A fiscalização superou o planejamento inicial, com um aumento de 12 estabelecimentos fiscalizados além do previsto. Isso indica uma provável resposta a demandas emergentes na região. Acima das metas: Os municípios de Marituba e Santa Bárbara do Pará superaram suas metas, com destaque para Marituba, que realizou 7 fiscalizações adicionais. Esses números indicam respostas rápidas às necessidades locais, em virtude de novas denúncias ou mudanças no cenário comercial. Meta não cumprida: Santa Izabel do Pará foi realizado 4 fiscalizações a mais, refletindo boa recuperação da meta, porém ainda com a necessidade de ajustes futuros para prevenir novas discrepâncias.

**Região de integração do Guamá** - Execução superou ligeiramente o planejado, sugerindo uma boa adequação dos recursos disponíveis à demanda da região. Superação de metas: Municípios como Castanhal, Magalhães Barata, Maracanã, Terra Alta e São Caetano de Odivelas destacaram-se, cumprindo ou superando os objetivos estabelecidos. Desempenho abaixo do esperado para município Colares, Santa Maria do Pará, São João da Ponta e Vigia não atingiram os valores estipulados, tendo-se a partir de uma reavaliação a possibilidade do retorno garantindo o cumprimento das pendências e na manutenção do padrão de cobertura.

**Região de integração do Rio Caeté** - Esta região apresentou uma significativa superação das expectativas, com 14 estabelecimentos fiscalizados a mais que o programado, em decorrência de uma maior incidência de problemas detectados e uma maior disponibilidade de recursos. Desempenho notável em Salinópolis, com 14 fiscalizações adicionais em relação ao planejado, reforçando a hipótese de que a intensificação das atividades fiscais ocorreu em resposta a um aumento significativo da movimentação turística.

**Região de integração de Tapajós** - Região onde o número de fiscalizações superou o planejado, indicando um esforço concentrado para cobrir integralmente a área. Os municípios de Trairão e Rurópolis excederam com 5 e 3 fiscalizações adicionais, respectivamente. Da mesma forma, Jacareacanga e Novo Progresso mostraram desempenho superior, indicando um enfoque estratégico em áreas de alta complexidade e crescimento acelerado.

**Região de integração de Marajó e Tocantins** - Não programada e executada conforme deliberação da gestão para atendimento à solicitação do Ministério Público do Estado do Pará em Soure, sendo averiguado a prestação de um serviço financeiro que trouxe uma série de transtornos aos consumidores locais e solicitação do órgão SENACON e a ANP, bem como, em cumprimento a operação verão da SEJU, respectivamente.

O compromisso das equipes de fiscalização em adaptar suas ações às realidades e necessidades de cada localidade, utilizando ajustes pontuais para garantir que as metas de cobertura sejam não apenas alcançadas, mas frequentemente superadas. A análise reflete uma abordagem robusta e responsiva no cumprimento das metas de fiscalização de 2024. O acompanhamento contínuo e as correções de curso demonstram a eficácia das estratégias de fiscalização em adaptação às necessidades emergentes e em garantir a proteção dos consumidores em todo o Pará. As ações de fiscalização alinham-se com o compromisso do estado em manter padrões elevados de conformidade comercial, reforçando a confiança do público nas operações de mercado.

### **Principais entraves**

Durante o ano, mesmo diante de desafios orçamentários que resultaram na suspensão temporária do Programa de Monitoramento da Qualidade dos Combustíveis (PMQC) nos meses finais, a Coordenadoria de Fiscalização manteve suas atividades intensivas. As amostras coletadas foram enviadas para análise no Centro de Pesquisas e Análises Tecnológicas (CPT) da ANP, assegurando que os combustíveis comercializados atendessem aos padrões de qualidade exigidos. A suspensão do PMQC foi adequadamente compensada por um planejamento eficaz e pelo uso de inteligência de dados para direcionar as ações de fiscalização, o que incluiu o atendimento a solicitações de órgãos como a SENACON e a ANP, garantindo que áreas críticas, como Bragança, Capanema e Abaetetuba, fossem rigorosamente monitoradas.

# AÇÃO - 2272

## Promoção de Ações Educativas sobre Drogas

A iniciativa tem como foco promover atividades que educam e informam indivíduos, especialmente jovens, sobre os riscos e consequências do uso de drogas, tanto ilícitas quanto lícitas, utilizando uma abordagem educativa e preventiva. Seus objetivos são educar sobre os efeitos físicos, mentais e sociais do consumo de drogas, aumentar a conscientização sobre os perigos relacionados a esse consumo e os benefícios de adotar um estilo de vida livre de drogas. Adicionalmente, busca desenvolver habilidades para tomada de decisões informadas e resistência à pressão social pelo uso de drogas, contribuindo assim para escolhas mais saudáveis e seguras.

### QUADRO DEMONSTRATIVO DE ATIVIDADES.

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO	MUNICÍPIOS	META PLANEJADA	META ALCANÇADA	% REALIZADO
ARAGUAIA	RIO MARIA E XINGUARA	20	47	235%
BAIXO AMAZONAS	ORIXIMINÁ E SANTARÉM	20	34	170%
CARAJÁS	MARABÁ	10	25	250%
GUAJARÁ	GUAJARÁ ANANINDEUA, BELÉM E MARITUBA	120	122	101,67%
GUAMÁ	CASTANHAL E SANTA MARIA DO PARÁ.	20	32	160%
LAGO DE TUCURUÍ	LAGO DE TUCURUÍ BREU BRANCO, NOVO REPARTIMENTO E TUCURUÍ.	10	45	150%
MARAJÓ	BREVES E MUANÁ	20	35	175%
RIO CAETÉ	CAPANEMA E SALINÓPOLIS	20	36	180%
RIO CAPIM	MÃE DO RIO E PARAGOMINAS	20	27	135%
TAPAJÓS	ITAITUBA	10	36	360%
TOCANTINS	ABAETETUBA E BARCARENA	20	65	325%
XINGU	ALTAMIRA	10	19	190%

## Análise de desempenho da ação

As Ações Educativas sobre Drogas, que intensificam a conscientização através de metodologias educativas ativas, buscaram promover uma conscientização abrangente sobre os perigos do uso de drogas, tanto lícitas quanto ilícitas, e criar uma rede de apoio robusta que possa auxiliar na prevenção e redução de danos associados ao consumo dessas substâncias. Em 2024, a CENPRE/SEJU desenvolveu ações em diversas regiões do Pará, incluindo Araguaia, Baixo Amazonas, Carajás, Guajará, Guamá, Lago de Tucuruí, Marajó, Rio Caeté, Rio Capim, Tapajós, Tocantins e Xingu, alcançando públicos variados em comunidades escolares, instituições públicas e grupos sociais vulneráveis. Como resultado dessas iniciativas, foi planejado o atendimento de 300 pessoas, superando significativamente a meta inicial ao atender 523 indivíduos diretamente.

A educação preventiva é vital para capacitar os jovens, oferecendo-lhes as ferramentas necessárias para resistir às pressões do uso de drogas e promover escolhas saudáveis. Medidas preventivas e educativas são essenciais para combater e proteger a saúde das futuras gerações do uso de substâncias psicoativas, por isso a Secretaria de Estado de Justiça (SEJU), por meio da Coordenação de Prevenção, Tratamento e Redução de Danos do Consumo de Drogas (CENPREN), desenvolve ações focadas na promoção da prevenção e na articulação da rede intersetorial, priorizando a defesa da vida e dos direitos humanos, proporcionando uma resposta abrangente e eficaz ao desafio do consumo de drogas.



**Região de integração de Araguaia** - nos municípios Rio Maria e Xinguará foram atendidos 47 alunos por meio da escuta ativa restaurativa, a aplicação dessa metodologia em uma região de vulnerabilidade social destacou a importância de um enfoque sensível e inclusivo na prevenção ao uso de drogas. Ao priorizar a escuta profunda e a compreensão mútua, a escuta ativa restaurativa contribuiu significativamente para a construção de uma comunidade escolar mais coesa e resiliente. Essa experiência reforça a necessidade de implementar práticas restaurativas em ambientes educacionais e comunitários para promover uma cultura de paz e cooperação. Este trabalho integrado e multidisciplinar representa um avanço significativo na promoção de um espaço educativo mais equitativo para todos.

**Região de integração Baixo Amazonas** - Em Oriximiná e Santarém a CENPREN/SEJU realizou a Promoção de Ações Educativas sobre Drogas em escolas da rede pública de ensino com o objetivo de alertar sobre os riscos do uso de drogas lícitas e ilícitas entre os jovens, nas ações foram atendidos pais e responsáveis, com o objetivo de promover a prevenção ao uso de drogas entre jovens. Durante os encontros enfatizou-se a importância do diálogo aberto, da escuta ativa e do fortalecimento do relacionamento familiar. Dessa maneira, esta abordagem interativa permitiu que os pais compartilhassem suas experiências e dúvidas, recebendo orientações práticas para lidar com essa questão tão relevante, adaptar as abordagens às características específicas da população local permite que as intervenções sejam mais eficazes, promovendo um ambiente mais saudável e seguro, onde os indivíduos possam desenvolver maior resiliência frente aos desafios sociais e ao uso de substâncias psicoativas. Por fim, as ações não só captam a essência do engajamento comunitário, mas também sublinha a importância vital dessas intervenções no fortalecimento da saúde e bem-estar das novas gerações.

**Região de integração de Carajás** - Em Marabá foram atendidos 25 alunos de escola pública por meio da escuta ativa restaurativa, o objetivo foi promover a empatia, fortalecer as relações e resolver conflitos de maneira colaborativa e inclusiva, essa experiência reforça a necessidade de implementar práticas restaurativas em ambientes educacionais e comunitários para promover uma cultura de paz e cooperação para fortalecer as relações e resolver conflitos de maneira colaborativa e inclusiva.

Guajará - A Secretaria de Justiça do Estado do Pará, em sintonia com os esforços do Governo do Estado para promover justiça social e inclusão, intensificou suas ações no enfrentamento aos desafios relacionados ao uso problemático de drogas. Por meio do Programa Educativo Sobre Drogas para Adultos (PED Adulto), desenvolvido pela CENPREN/SEJU, no município de Ananindeua, em cumprimento à Lei 11.343/06, resultados significativos foram alcançados em 2024, evidenciando o papel transformador das políticas públicas na construção de uma sociedade mais justa e resiliente. Esse programa simboliza o compromisso do Governo do Estado com a prevenção ao uso de drogas e a ressocialização de indivíduos, priorizando estratégias educativas e inclusivas que vão além do cumprimento de medidas legais, promovendo dignidade, cidadania e segurança pública.

O PED Adulto realizou encontros semanais com reeducandos, utilizando metodologias ativas e dinâmicas motivacionais para estimular a conscientização e a autorreflexão. Durante os encontros, temas essenciais foram abordados para ampliar o entendimento sobre o fenômeno das drogas e seus impactos, como:- Políticas públicas sobre drogas na atualidade; Classificação das drogas e seus efeitos no organismo; Modalidades de tratamento e prevenção ao uso de drogas; Padrões de consumo e mudanças comportamentais; Dependências não químicas e estratégias de redução de danos.

Essas atividades proporcionaram um ambiente de aprendizado e apoio, contribuindo para a reconstrução da autonomia e a reintegração social dos participantes. Ao longo de 2024, o programa atendeu 50 reeducandos no município de Ananindeua. Os dados socioeconômicos destacam-se da seguinte forma: Gênero: 64% homens e 36% mulheres; Etnia/Cor: 56% pardos, 31% brancos e 13% negros; Escolaridade: 49% com ensino fundamental incompleto, 38% com ensino médio incompleto e 13% com ensino superior incompleto; Ocupação: 59% trabalhadores de serviços gerais; 26% autônomos; 15% em outras ocupações, como educadores físicos, assistentes administrativos e técnicos em manutenção; Faixa etária: 100% adultos jovens (21 a 29 anos). A diversidade dos perfis atendidos evidencia a capacidade do programa de se adaptar a diferentes realidades e contextos socioeconômicos, promovendo impacto social amplo e significativo.

O Governo do Estado reafirma seu compromisso com a implementação de políticas públicas eficientes e humanizadas, posicionando a prevenção ao uso de drogas como prioridade em sua agenda. O PED Adulto é mais do que uma iniciativa de governo: é uma demonstração concreta de que o investimento em pessoas transforma realidades, fortalece comunidades e abre caminho para um futuro mais promissor. O PED Adulto provou ser uma ferramenta essencial no enfrentamento de desafios sociais complexos. Sua continuidade e ampliação são fundamentais para consolidar o papel do Estado como protagonista na promoção da justiça, da inclusão e do desenvolvimento humano. Com a colaboração intersetorial e o engajamento da sociedade, seguimos construindo um Pará mais justo, humano e resiliente.

Em Belém as ações atenderam 52 alunos de rede pública de ensino na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio (EEEFM) Visconde de Souza Franco, aplicou a metodologia de Escuta Ativa com o objetivo de criar um ambiente seguro e acolhedor para o diálogo. Após as dinâmicas, os participantes foram incentivados a refletir e compartilhar suas percepções, fortalecendo o senso de pertencimento e solidariedade, além de promover uma compreensão coletiva das consequências do uso de drogas. A equipe também apresentou a rede de apoio psicossocial disponível, ampliando o conhecimento dos alunos sobre como e onde buscar suporte em situações de risco. Ao final da atividade, notou-se que os alunos não apenas fortaleceram suas habilidades de escuta e expressão, mas também cultivaram laços de solidariedade e confiança mútua.



Palestra contra as drogas

**Marituba** - A "Promoção de Ações Educativas sobre Drogas" - na Escola Nossa Senhora do Rosário utilizou a Escuta Ativa Restaurativa como metodologia central. Esse enfoque cria um ambiente seguro e respeitoso para um diálogo aberto e honesto entre os participantes, principalmente jovens do ensino médio, sobre a prevenção de substâncias psicoativas. O objetivo dessa atividade é fomentar a empatia, fortalecer as relações e desfazer falácias sobre drogas de maneira colaborativa e inclusiva. Além disso, a iniciativa visa diagnosticar a percepção dos jovens sobre drogas nas regiões de integração, permitindo a criação de um diagnóstico abrangente. Em suma, o perfil socioeconômico dos beneficiados na região de Integração do Guajará sublinha a importância de uma abordagem multifacetada e integrada nas políticas de prevenção ao uso de substâncias psicoativas. É fundamental que essas políticas sejam adaptadas às características específicas da população, promovendo ações educativas, culturais e socioeconômicas que envolvam e apoiem os jovens e suas famílias, contribuindo para a construção de uma comunidade mais saudável e resiliente.

**Região de integração do Guamá** - Castanhal e Santa Maria. no Município de Santa Maria do Pará- Pa na Escola João Gabriel da Silva é uma iniciativa crucial no contexto de prevenção ao uso de substâncias psicoativas entre jovens do Ensino Médio e atendeu 10 jovens na referida escola. Foi utilizada a metodologia da Escuta Ativa, que foi especialmente significativa, pois ela cria um ambiente acolhedor e seguro, essencial para que os participantes se sintam confortáveis para expressar suas opiniões, dúvidas e experiências sem medo de julgamento. No município de Castanhal, no dia 21 de outubro de 2024, foi realizada a ação educativa na Escola Estadual Maria Conon, O objetivo foi promover a conscientização e o empoderamento dos alunos com foco na prevenção do uso e abuso de drogas, a metodologia inspirou-se na filosofia de Ikigai, que busca o propósito de vida e o equilíbrio entre quatro elementos fundamentais (o que se ama, o que se é bom, o que o mundo precisa e pelo que se pode ser remunerado).

**Região de Integração Lago de Tucuruí** - A ação foi realizada nos municípios Breu Branco, Novo Repartimento e Tucuruí, foi realizada para a Rede Local de Atendimento a Capacitação Intersetorial de Políticas Públicas sobre Drogas, na Semana Paraense de Combate ao Uso de Drogas, o tema trabalhado foi "O Enfrentamento ao Uso Abusivo e à Dependência de drogas". A ação teve a participação de servidores dos órgãos: Ministério Público do Estado; Secretarias Municipais de Educação e Saúde, Polícia Militar/ PROERD, como agentes comunitários de saúde, enfermeiros, psicólogos, assistentes sociais, terapeuta ocupacional, psicopedagoga, professores. Dessa forma, a integração entre a metodologia adotada, o perfil dos participantes e a Política Estadual sobre Drogas é fundamental para o sucesso das iniciativas na Região de Integração

**Região de Integração do Marajó** - As ações foram realizadas em diferentes instituições, alcançando uma ampla diversidade de comunidades escolares em Breves e Muaná, essa iniciativa é parte integrante do projeto "Prevenção 360º", desenvolvido pela CENPRE/SEJU, reflete o compromisso em promover a saúde e o bem-estar dos jovens paraenses. Ao abordar de forma abrangente e eficaz os desafios relacionados ao uso de substâncias entre adolescentes, o programa reafirma sua missão de fortalecer a rede de proteção social.

Os esforços de prevenção ao uso de substâncias psicoativas incluem oficinas, palestras e outras atividades focadas na educação preventiva, capacitando os jovens e oferecendo ferramentas para resistirem às pressões associadas ao uso de drogas. Essas ações destacam a importância de políticas integradas que abordem tanto as questões sociais quanto a construção de uma sociedade mais resiliente. A predominância de jovens entre 13 e 18 anos sugere a necessidade de focar as ações preventivas e educativas nesse grupo etário, que é particularmente vulnerável ao uso de drogas. Há necessidade de projetos escolares que integrem atividades culturais, esportivas e educativas são essenciais para criar ambientes seguros e de apoio, que desencorajem o uso de substâncias psicoativas.

**Região de integração do Rio caeté** - Salinópolis recebeu a ação de Promoção de Ações Educativas sobre Drogas com a oficina “Prevenção 360 — Jovens do Século XXI” fez parte das ações de verão 2024 com o slogan “Verão é pra curtir, então bora prevenir”, com o objetivo de promover a conscientização e prevenção do uso de cigarro eletrônico e outras drogas entre os jovens. A atividade buscou fornecer informações precisas, estratégias práticas e uma rede de apoio, incentivando um estilo de vida saudável e consciente. No município de Capanema, foi realizada a ação educativa na Escola Padre Sales com a participação de 24 jovens do ensino médio. O objetivo foi oferecer um espaço para a prática da escuta ativa restaurativa, além de promover a conscientização sobre a importância da prevenção em diversas esferas da vida, como saúde, segurança e bem-estar social.

**Região de integração Rio Capim** - Mãe do Rio e Paragominas - a equipe do CENPREN realizou a ação educativa em Paragominas na Escola Raimundo Laureano, com a participação de 14 jovens do ensino médio. O principal objetivo desse encontro foi oferecer um espaço para a prática da escuta ativa restaurativa, além de promover a conscientização sobre a importância da prevenção em diversas esferas da vida, como saúde, segurança e bem-estar social. O primeiro momento da ação foi o diálogo, onde os jovens foram convidados a expressar suas percepções sobre temas que afetam seu cotidiano, como o uso de substâncias psicoativas, violência e saúde mental. Em Mãe do Rio foi efetuada Escuta Ativa envolvendo 13 discentes da Escola Estadual de Ensino Médio Professora Oscarina Rego. A iniciativa faz parte de um conjunto de atividades voltadas para a promoção de um ambiente escolar mais seguro e acolhedor. O principal objetivo da Escuta Ativa foi promover um espaço de diálogo aberto e seguro, onde os estudantes expressaram suas preocupações, compartilharam experiências e sugeriram melhorias para o ambiente escolar.

**Região de integração Tapajós** - Em Itaituba se utilizou a metodologia da Escuta Ativa Restaurativa com o objetivo de promover um espaço de diálogo empático e reflexivo entre os alunos do Ensino Médio noturno da EEEM Prof.<sup>a</sup> Maria do Socorro Jacob. O enfoque principal foi a criação de um ambiente seguro, onde os jovens pudessem compartilhar suas experiências e preocupações relacionadas ao uso de substâncias psicoativas. A escuta ativa foi utilizada como uma ferramenta para permitir que os alunos expressassem seus sentimentos e pontos de vista sem julgamentos, garantindo que todos fossem ouvidos e respeitados sobre a temática drogas. Durante o processo, foram promovidas dinâmicas que incentivavam a interação e a partilha de vivências pessoais, criando uma atmosfera de confiança mútua.

**Região de integração de Tocantins** - Abaetetuba foi realizada ação educativa com os alunos do Ensino Médio da Rede Pública Estadual, com o objetivo de promover reflexões e pensamento crítico sobre as drogas, com idade entre 15 e 17 anos. Sob os moldes do círculo de diálogo, foi proposto um momento entre os participantes e os facilitadores, que puderam compartilhar suas experiências, opiniões e sentimentos sobre drogas de forma livre, sem julgamentos, respeitosa e honesta, a fim de criar um espaço de escuta e compreensão. Objetivos: Desmistificar preconceitos/ estigmas: Permite que os adolescentes falem e perguntem sobre drogas de forma aberta e honesta; Empoderamento: Ajudar os jovens a desenvolverem suas habilidades de comunicação e tomada de decisão; Construção de um ambiente de confiança: Fortalecer os laços entre os participantes e com os facilitadores; Promover a prevenção: Oferecer informações sobre Drogas. Barcarena, foi realizada ação educativa com 36 alunos do Ensino Médio da Rede Pública Estadual, com idade entre 15 e 19 anos, com o objetivo de promover reflexões e pensamento crítico sobre as drogas. Sob os moldes do círculo de diálogo, foi proposto um momento entre os participantes e os facilitadores,

**Região de integração Xingu** - Escola Estadual de Ensino Médio Profa. Ducilla Almeida do Nascimento, em Altamira, realizou-se a ação no âmbito do Projeto Prevenção 360°, com a Escuta Ativa envolvendo 19 alunos. A metodologia utilizada baseou-se em dinâmicas de grupo e rodas de conversa mediadas por facilitadores treinados, que estimularam a participação ativa e reflexiva dos jovens, os alunos discutiram temas como convivência escolar, prevenção à violência e fortalecimento de vínculos comunitários, visando a construção de um ambiente mais seguro e saudável para todos, destacando o compromisso da região com a educação preventiva e o fortalecimento comunitário.

### **Avaliação Geral de Desempenho**

As ações demonstraram elevado impacto social, principalmente ao abordar temas sensíveis como o uso de substâncias psicoativas e a promoção de redes de apoio comunitário. Metodologias como escuta ativa restaurativa e oficinas interativas contribuíram para o fortalecimento de vínculos sociais, a promoção de empatia e o incentivo a escolhas conscientes entre jovens e adultos. Os resultados obtidos nas diferentes regiões do estado evidenciam a capacidade de adaptação das estratégias implementadas, respeitando as especificidades culturais, sociais e econômicas de cada localidade. Além disso, a superação da meta inicial reflete o comprometimento das equipes envolvidas e a receptividade das comunidades atendidas.

### **Conclusão**

As Ações Educativas sobre Drogas realizadas pela CENPRE/SEJU em 2024 reafirmam o compromisso do Governo do Estado com a promoção da saúde pública, a educação preventiva e a inclusão social. A abrangência territorial das iniciativas, aliada à utilização de metodologias inovadoras, foi determinante para o sucesso do programa. A continuidade e a ampliação dessas ações são fundamentais para consolidar uma política pública eficaz no enfrentamento do consumo de substâncias psicoativas, promovendo uma sociedade mais resiliente, saudável e integrada. O impacto positivo alcançado em 2024 demonstra que investimentos em educação preventiva são essenciais para transformar vidas, fortalecer comunidades e garantir um futuro mais seguro e promissor para as próximas gerações.

# AÇÃO - 2270

## Apoio a Eventos de Promoção da Justiça, Cidadania e Direitos Difusos

O objetivo é apoiar e organizar eventos que fomentem a conscientização e educação acerca de justiça, cidadania e direitos difusos, caracterizados por interessar a coletividades, com titulares indeterminados. Tais eventos visam promover o entendimento e a consciência sobre essas questões, incentivar a participação ativa dos cidadãos na defesa de seus direitos e no exercício consciente da cidadania, além de proporcionar um ambiente propício para discussões, troca de experiências e aprendizado sobre esses temas fundamentais.

### QUADRO DEMONSTRATIVO DE ATIVIDADES.

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO	MUNICÍPIOS	META PLANEJADA	META ALCANÇADA	% REALIZADO
ARAGUAIA	RIO MARIA E XINGUARA	1	2	200%
BAIXO AMAZONAS	JURUTI, ORIXIMINÁ E SANTARÉM	2	5	250%
CARAJÁS	MARABÁ	2	2	100%
GUAJARÁ	ANANINDEUA E BELÉM.	78	80	202,56%
LAGO DE TUCURUÍ	GOIANÉSIA DO PARÁ E TUCURUÍ	1	3	400%
MARAJÓ	BREVES, CURRALINHO, SÃO S. DA BOA VISTA, SALVATERRA E SOURE	5	4	80%
RIO CAETÉ	BRAGANÇA E SALINÓPOLIS.	2	2	100%
RIO CAPIM	AURORA DO PARÁ, MÃE DO RIO, PARAGOMINAS E RONDON DO PARÁ.	3	3	100%
TAPAJÓS	ITAITUBA	1	1	100%
TOCANTINS	CAMETÁ	1	1	100%
XINGU	ALTAMIRA	1	3	300%

Produto: Evento Apoiado

## **Análise de desempenho da ação**

Em 2024, a SEJU promoveu e apoiou 107 Eventos de Promoção de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, superando a meta planejada de 97 apoios. Esses eventos foram realizados nas 11 Regiões de Integração do Pará: **Araguaia, Baixo Amazonas, Carajás, Guajará, Guamá, Lago de Tucuruí, Marajó, Rio Caeté, Rio Capim, Tapajós, Tocantins e Xingu**, com atividades como palestras, capacitações, conferências, seminários, encontros intersetoriais e temáticos, torneios esportivos, ações sociais, exposições fotográficas, casamentos comunitários, campanhas de prevenção, workshops e feiras. As ações foram direcionadas a públicos diversificados, incluindo alunos do ensino fundamental e médio, pais, reeducandos, conselheiros tutelares, assistentes sociais, servidores públicos, jovens, idosos e outros segmentos sociais. O objetivo principal foi promover conscientização, educação e inclusão social, fortalecendo a cidadania e os direitos humanos.

As ações visaram promover a conscientização e a educação em temas como justiça, cidadania e direitos difusos e teve como objetivo esclarecer os participantes sobre as causas e consequências da dependência de drogas, incentivando um envolvimento proativo na adoção de comportamentos de resistência e na defesa de direitos. A colaboração entre a SEJU e a SEDUC é fundamental para o sucesso dessas iniciativas, garantindo o suporte necessário para a implementação de programas que promovam a cidadania, a justiça e os direitos humanos no contexto educacional.

As escolas foram a grande maioria dos palcos de processos interativos da Ação de Apoio a Eventos, com a participação de alunos do ensino fundamental e médio, Pais e Responsáveis, comunidade escolar. Esses eventos foram modelados para aumentar o conhecimento sobre os riscos do uso de drogas e promover comportamentos saudáveis, plantando as sementes de conscientização e mudança e tiveram como finalidade colaborar no fortalecimento de programas que promovam a cidadania, a justiça e os direitos humanos no contexto educacional e contribuir na implementação do "Projeto de Vida" nas escolas públicas do Pará, conforme orientações da Secretaria de Estado de Educação (SEDUC-PA),

Apoio a Eventos de Promoção de Justiça, que facilita o contato direto com jovens e pais focados na sensibilização e fortalecimento da Cidadania. capacitação intersetorial. Essas iniciativas buscam fortalecer as ações de prevenção e interlocução para se estabelecer uma trilha de ações no combate ao consumo de drogas no estado.

**Região de Integração Araguaia** - os municípios de Rio Maria e Xinguara foi realizado apoio a evento, por meio de palestras com os alunos da Rede Pública de Ensino. As atividades tiveram como objetivo alertar os jovens sobre os riscos do uso de cigarro eletrônico, uma preocupação crescente entre adolescentes. A iniciativa integra o projeto "PREVENÇÃO 360º" que é executada pela Coordenadoria de Prevenção, Tratamento e Redução de Danos do Consumo de Drogas (CENPREN).

## **Análise de desempenho da ação**

**Região de Integração Baixo Amazonas** - Os municípios de Juriti, Oriximiná e Santarém foram beneficiados com 5 atividades, nas cidades de Juruti e Santarém em parceria com as instituições religiosas e comunitárias foram apoiados o evento de Casamento Comunitário nas comunidades de Planalto São José, Lago Grande, Curuai, Pindorama, lírios dos Vales e Vila Gorete que resultou em 59 casamentos. Ainda em Santarém a SEJU realizou apoio a Semana de Prevenção às Drogas por meio da Palestra “Agentes de Mudança na Prevenção às Drogas.” O objetivo foi capacitar e fortalecer as estratégias de prevenção, promovendo uma conscientização sobre a importância da atuação integrada e colaborativa entre as diversas áreas envolvidas. A ação enfatizou a necessidade de um trabalho multidisciplinar que considere as especificidades do território e da população atendida, para uma abordagem mais eficaz e inclusiva na prevenção ao uso de drogas. Foram realizadas Palestras nas escolas da Rede Pública de Ensino de Oriximiná e Santarém envolvendo responsáveis de alunos e alunas, intitulada "Nós Temos Filhos!", teve o objetivo de promover a prevenção ao uso de drogas entre jovens, enfatizando a importância do diálogo aberto, da escuta ativa e do fortalecimento do relacionamento familiar. Em Santarém

**Região de Integração Carajás** - Em Marabá no mês de março foi realizado apoio a Ação por meio de Palestras educativas que abordaram a temática sobre o Violações e Garantias de Direitos, uma ação ocorreu simultaneamente ao mutirão de emissão de carteira de identidade na zona rural de Marabá, esse contexto colaborou para o aumento do público, a segunda realizou-se em parceria com o Núcleo Regional de Justiça de Marabá no Seminário “O papel da mulher no dia a dia e a garantia de direitos”, em alusão ao Dia Internacional da Mulher, os eventos alcançaram um público de aproximadamente 100 pessoas, ações educativas abordaram o fortalecimento dos direitos e garantias fundamentais em relação as igualdades de gênero no mercado e ambiente de trabalho, Essa ação é fundamental para a RI em função da sua crescente indústria, essas iniciativas tiveram como objetivo conscientizar a população.

**Região de Integração Guajará** – A região que teve a maioria dos eventos apoiados e/ou realizados, os municípios atendidos foram Ananindeua e Belém, as ações realizadas contemplaram uma variedade de atividades e Temáticas voltadas: Prevenção ao Uso Abusivo de Álcool e outras Drogas “Educação Entre Pares” , As consequências do uso de entorpecentes químicos, Empoderamento e Autonomia Financeira para Mulheres, Direitos do Consumidor quanto a Segurança Alimentar, "Os Reflexos do Superendividamento na Saúde Mental do Servidor"; Prevenção ao Uso Abusivo de Álcool e outras Drogas; Esporte e Educação Juntos Contra as Drogas, Armadilhas de Créditos Para Idosos, Consumo Consciente, Proteção e Defesa do consumidor; Tráfico de Pessoas e Defesa do Direito da Criança e do Adolescente; Migração Segura, Escalpelamento, Cidadania e Justiça.

## Análise de desempenho da ação

Em junho ocorreu a Conferência "Livre Juventude: Prevenção e Educação, Juntas Contra as Drogas" foi o evento culminante da Semana Paraense de Prevenção e Combate ao Uso de Drogas 2024, reuniu mais de 700 estudantes de nove escolas da rede estadual, o evento, uma parceria entre a Secretaria de Estado de Educação (Seduc) e a Fundação Cultural do Estado do Pará (FCP), teve como objetivo principal conscientizar os jovens sobre os riscos associados ao uso de drogas, integrando essas discussões às aulas preparatórias para o Enem. Ainda foi realizada a Semana visa à integração de Estado e sociedade através de uma programação diversificada que inclui atividades educativas, culturais, sociais e esportivas.

O objetivo é alertar a população sobre os danos causados pelo uso de drogas lícitas ou ilícitas, seus riscos, e as formas de prevenção e tratamento, promovendo um futuro mais saudável e seguro para todos. No dia os alunos de 25 escolas que participaram da Marcha Contra as Drogas, realizada em Belém alcançou um público estimado de 1.500 pessoas. Embora o evento tenha atraído diversos públicos de aproximadamente grande parte fora de estudantes, este tipo de ação também reforça a conexão entre esporte e educação, mostrando que ambos caminham de mãos dadas na construção de um futuro mais seguro e promissor para os jovens. Fando parte ainda da programação do de março, aconteceu o Torneio de Basquete "Esporte e Educação Juntos Contra as Drogas", realizado na Usina da Paz do Guamá, foi extraído de um universo de 68 jovens.

Em abril aconteceu a COMIGRAR-PARÁ que se constitui na etapa preparatória para II Conferência Nacional de Migração, Refúgio e Apatridia (II COMIGRAR) Comissão organizadora composta pela SEJU, Alto Comissariado da ONU para Refugiados/ACNUR, Organização Internacional de Migração – OIM, Comissão de Relações Internacionais da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/PA e as Parceiras: Universidades Públicas e Particulares e Apoio Organizações da Sociedade Civil.



A realização da COMIGRAR PARÁ evidenciou ainda mais que o estado do Pará estará cada vez mais em destaque no cenário nacional e internacional, acarretando num cenário favorável ao aumento de casos de tráfico de pessoas, contrabando de migrantes e intensificação de fluxos migratórios, o que exige da gestão estadual dessas políticas o aprimoramento dos investimentos (materiais e humanos) voltados à implementação das políticas de enfrentamento ao tráfico de pessoas e promoção de migração segura em nosso estado que surgem como prementes às intervenções estatais.

Foi realizado o evento da Campanha de Verão 2024 que teve como objetivo sensibilizar e prevenir o uso de drogas, promovendo ganhos sustentáveis em saúde e bem-estar individual e social, integrando os diversos setores da Secretaria, foi destinada à população em geral, com ênfase em adolescentes, jovens adultos e suas famílias, além de vendedores ambulantes e responsáveis por estabelecimentos comerciais. A metodologia adotada incluiu a distribuição de material gráfico com informações, abordagem direta, caracterizada por uma comunicação clara e objetiva, oferecendo informações corretas e atualizadas sobre os fatores de risco do uso de drogas e a rede de serviços disponíveis. A campanha Terminais Hidroviário e Rodoviário, com abordagens nas plataformas de embarque e desembarque, pontos de ônibus, pontos de táxi, estabelecimentos comerciais locais e adjacentes, além de vendedores ambulantes e transeuntes das proximidades.



**“Escalpelamento - Exposição em Lonas Fotográficas”** na sede da SEJU, alusivo à Semana Estadual de Prevenção do Escalpelamento, teve como objetivo intensificar a conscientização com recomendações para evitar os acidentes e dar visibilidade à necessidade de cumprimento da Lei nº 11.970/2009, a parceria com a Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará e a ONG dos Ribeirinhos Vítimas de Acidente de Motor (Orvam) trouxeram informações sobre os acidentes, as formas de prevenção, a legislação existente e o acolhimento e o cuidado com as vítimas de escalpelamento ao público presente.

Nas escolas da rede pública de ensino os eventos tiveram a finalidade de colaborar no fortalecimento de programas que promovam a cidadania, a justiça e os direitos humanos no contexto educacional e contribuir na implementação do "Projeto de Vida" nas escolas públicas do Pará, conforme orientações da Secretaria de Estado de Educação (SEDUC-PA), introduzido no Ensino Médio brasileiro pela Lei nº 13.415/2017, foram escolas da rede Municipal, Estadual Privada de diversos bairros do município de Belém e beneficiou mais de 3.000 alunos, promovendo a conscientização sobre temas como a prevenção ao uso e abuso de drogas; Cyberbullying; Comunicação Não Violenta; Racismo e Mídia; utilizando a metodologia de palestra Talk Show e de Escuta Ativa Restaurativa.

Essas informações foram conectadas diretamente às diretrizes do "Projeto de Vida". A colaboração entre a SEJU e a SEDUC é fundamental para o sucesso dessas iniciativas, garantindo o suporte necessário.

As palestras abordaram temas como “Cyberbullying”, “Racismo e Mídia”, “Comunicação Não Violenta – CNV” e “Projeto de Vida”. Todos os temas foram construídos a partir de trabalhos já desenvolvidos pelas instituições demandantes, e com auxílio dos dados dos indicadores existentes no campo da educação com essa sinergia trabalhou-se o desenvolvimento das potencialidades educacionais já existentes nas instituições e seus territórios. O Cyberbullying ganhou destaque pela combinação de ter sido a principal queixa relatada pelas escolas demandantes e ao mesmo tempo ser indicada pela PeNSE com a prevalência de 13,2% entre jovens de escolas públicas e privadas (IBGE, 2019).



Equipe da Seju em palestra para alunos do Ensino Fundamental



Ação nas escolas do projeto Justiça Guarda-chuva

Fomentou-se com os alunos a reflexão das suas ações nos ambientes digitais, seus direitos e deveres, para serem capazes de fazer escolhas saudáveis, seguras e éticas para si e para os outros, assim como explorou-se a cidadania digital e letramentos fundamentais relacionados ao bem-estar, privacidade, respeito, convivência, diversidade e segurança em ambientes digitais online e ao enfrentamento de novas expressões de violências nas redes, com vista a ampliar habilidades que envolvessem a cidadania digital. Já o tema do “Projeto de Vida” e “Comunicação Não Violenta – CNV” constituíram-se principalmente após a análise dos dados do Mapa da Exclusão Social do Estado do Pará 2024 (Fapespa, 2024) construído pela Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas do Pará (FAPESPA), que descreve indicadores importantes referentes as taxas de aprovação, reprovação, abandono, distorção idade-série e alfabetização de adultos com 18 anos. Por fim, o tema do racismo e mídia foi construído em referência ao incentivo ao processo de fortalecimento da historicidade de construção do Brasil, mas também do Estado do Pará com a dinâmica migratória inicial da Amazônia. Buscou-se também aprimorar nas instituições as ferramentas que facilitassem o processo de ampliação da cultura da diversidade e antirracista, por meio de atividades práticas realizáveis no cotidiano dos alunos. Os dados básicos que subsidiaram essa ação foram os dados da FAPESPA (Fapespa,2024) com o perfil da juventude paraense e SINAJUVE (Sistema Nacional da Juventude).

**O Seminário “Empoderamento e Autonomia Financeira para Mulheres”,** realizado setembro no auditório da SEMU, recebeu o apoio da SEJU por meio da palestra “Os reflexos do superendividamento na saúde mental do servidor: toda vida importa”. O objetivo da palestra foi demonstrar às mulheres que a situação do superendividamento é resultado do processo constante violação aos seus direitos econômicos e financeiros, em função da precária de educação financeira ofertada no seu processo social e educacional formativo, da precarização da vida feminina por meio dos dispositivos de gênero, raça e classe social.

Assim, como apresentar/fortalecer ferramentas estatais presente da rede de assistência especializada, como o programa “Futuro na Mão”, para uso a fim de auxiliar as participantes a construir sua autonomia financeira face o superendividamento, conseqüentemente promoção da sua saúde mental em detrimento do processo de suicídio. No Evento Renegocia Mulher - Programação Alusiva ao Aniversário De 36 Anos do Procon e ao agosto Lilás, em parceria com a Secretaria de Estado da Mulher realizou-se Renegocia Mulher que pretendeu oportunizar a renegociação das dívidas, oferecendo condições mais acessíveis e menos onerosas, para que as mulheres possam regularizar sua situação financeira



Evento Renegocia Mulher



Evento Renegocia Mulher

**Ananindeua** - No município de Ananindeua dois eventos foram realizados, a Semana Paraense de Prevenção e Combate ao Uso de Drogas, com atividades educativas que tiveram o objetivo de informar e conscientizar os jovens sobre os danos causados pelo uso dessas substâncias e a palestra na Unidade da Fasepa (Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará) a palestra para os servidores da instituição, voltada a temática de conscientização da necessidade de compreender que determinadas ações de servidores público pode constituir violações aos direitos dos sujeitos assistidos pelo estado.

Esses indicadores construídos pela Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas do Pará (FAPESPA) da RI do Guajará foram fundamentais para focar o apoio voltados para população jovem e da rede pública de ensino, no projeto de vida dos alunos, como forma de apresentar ferramentas e informações que os possibilitassem a compreender o melhor caminho da continuidade escolha, principalmente no ensino superior, a partir da realidade de seus territórios. Quanto aos impactos sociais das ações, estes foram profundos, pois trouxeram à luz transformações que se refletem em novas posturas e atitudes, o processo de sensibilização foi intenso, que possibilitou despertar a compreensão ampliada dos direitos e deveres entre a população de alunos, pais responsáveis, comunidade escolar. Sendo assim, se fortaleceu a horizontalidade das ações de políticas desenvolvidas pela SEJU em sua missão institucional, agora mais próximas dos territórios da RI do Guajará.

**Região de Integração Lago Tucuruí** - em parceria com o CREAS do município, em alusão ao “junho Lilás”, relativo ao Dia Mundial de Conscientização de Violência Contra a Pessoa Idosa. Nesta ação foram realizados diálogos com os usuários atendidos no CREAS Tucuruí e com o Conselho da Pessoa Idosa, com discussão sobre a garantia dos direitos da pessoa idosa, bem como os tipos de violações a estes direitos, com orientações acerca da rede de atendimento para efetiva garantia destes direitos. Participaram desta ação 38 pessoas idosas.

**Região de Integração do Marajó** - Na Região as cidades de Breves, Currealinho, Salvaterra, São Sebastião da Boa Vista e Soure foram beneficiadas com a realização de eventos de encontros temáticos, Palestras, Exposição como diversas temáticas como O Direito do Consumidor no município de Currealinho, em Breves a atividade “Escalpelamento - Exposição em Lonas Fotográficas” na EEEM Prof. Gerson Peres, evento alusivo à Semana Estadual de Prevenção do Escalpelamento, que integra o calendário oficial de eventos do Estado do Pará, teve como objetivo intensificar a conscientização quanto aos acidentes de motor com a utilização do cenário das escolas e a aplicação de contextos próprios da RI do Marajó, na vida dos estudantes com recomendações para evitar os acidentes. Em São Sebastião da Boa Vista o 1º Encontro de Mães Atípicas de São Sebastião da Boa Vista, com o Tema: “Colo pra mãe: Quebrando moldes e construindo amor”, teve o apoio da SEJU por meio de orientação e atendimentos sociojurídicos, que resultaram em encaminhamentos para a Rede de atendimento local. Em Soure a ação foi voltada para servidores militares do Corpo de Bombeiro, Servidores Públicos do TJPA e Conselheiros Tutelares do município, que por meio da Palestra “Da Proteção a Violação de Direitos” O conteúdo foi pensado para construir a compreensão nos servidores sobre a importância de conhecer as diretrizes básicas do seu fazer e as consequências a direitos de terceiros

**Região de Integração Rio Caeté** - Em julho os municípios de Bragança e Salinópolis receberam A Campanha de Verão 2024 "Verão é pra curtir, então bora prevenir" que teve como objetivo sensibilizar e prevenir o uso de drogas, promovendo ganhos sustentáveis em saúde e bem-estar individual e social. Para a realização dessa campanha, foi necessária a integração de diversos setores da Secretaria. A prevenção primária, foco do trabalho, visou à sensibilização para uma possível mudança de comportamento, atitudes e práticas relacionadas ao cuidado com a saúde, exercício de direitos e enfrentamento da desigualdade. A campanha em Salinópolis e Bragança alcançou mais de 1.000 pessoas diretamente, incluindo abordagens na barraca da cidadania, veranistas nas praias do Atalaia, Farol Velho e da Corvina, na orla do Maçarico e Ajuruteua, no Centro de Atenção Psicossocial de Salinópolis (CAPS). A campanha destinou-se à população em geral, com ênfase em adolescentes, jovens adultos e suas famílias, além de vendedores ambulantes e responsáveis por estabelecimentos comerciais. Durante as abordagens, muitas pessoas ressaltaram a importância do tema, mencionando que o uso do cigarro eletrônico está bastante presente em eventos sociais, especialmente no período noturno.

**Região de Integração Rio Capim** - A ação alcançou três municípios da Região – Paragominas, Aurora do Pará e Mãe do Rio, e um total de público de 368 pessoas. Em Paragominas realizou-se apoio ao Seminário Debatedo Justiça e Direitos Humanos, na E.M.E.F. Maria Luiza Barros de Lima, os participantes foram estudantes e os profissionais da rede de serviços e de apoio do município, foram alcançadas 23 profissionais da rede de serviços, sendo 18 mulheres e 05 homens. participação de 250 crianças, na faixa etária 07 à 12 anos de idade. Nas cidades de Aurora do Pará e Mãe do Rio a ação ocorreu articulada com a rede de serviço, tendo como público-alvo estudantes da rede municipal e servidores das áreas de assistência social, saúde e educação. Foram realizadas palestras educativas em violação de direitos, escarpelamento, saúde mental, as quais tiveram a participação de 66 e 52 pessoas respectivamente.

**Região de Integração Tapajós** - Na Região, Itaituba foi contemplada com a ação que foi realizou o apoio a vento por meio de palestra, na escola EMEF São Francisco das Chagas, intitulada "Nós Temos Filhos, Droga é Assunto de Família" foi realizada para os alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no turno da noite. O objetivo era reforçar a ideia de que, assim como as famílias priorizam a educação, seus filhos têm maiores chances de conquistar posições significativas na sociedade. A temática central da palestra destacou a importância do diálogo familiar como uma ferramenta fundamental na prevenção do uso de drogas, enquanto também reconhecia o papel vital da educação no desenvolvimento dos jovens. A apresentação buscou conscientizar os participantes sobre a responsabilidade das famílias na prevenção ao uso de substâncias psicoativas, mostrando como o envolvimento e o apoio familiar são decisivos para a proteção dos jovens. Além disso, foi ressaltada a importância de uma rede de apoio que envolva a escola, a família e a comunidade, destacando o papel da escola como parceira no processo de orientação e suporte.

O Perfil dos 56 participantes da palestra refletiu a pluralidade socioeconômica dos alunos da EJA: Gênero: A maioria dos participantes, 53,5% (30 pessoas), se identificou como do gênero feminino, enquanto 42,8% (24 pessoas) eram homens. Além disso, 3,5% (2 participantes) se identificaram como homossexuais. Pessoas com Deficiência (PCD): Um dos participantes (1,7%) se identificou como autista, reforçando a necessidade de inclusão e sensibilidade no planejamento e execução de ações educativas. Renda Familiar: A maior parte dos participantes, 55,3% (31 pessoas), possui uma renda familiar de até 2 salários-mínimos. Outros 35,7% (20 pessoas) têm renda de até um salário-mínimo, e 8,9% (5 pessoas) declararam possuir renda inferior a um salário-mínimo. Esses dados mostram que o público é majoritariamente de baixa renda, o que pode influenciar seu acesso a recursos e oportunidades educacionais.

**Região de Integração do Tocantins** - Com foco no Apoio a Eventos de Promoção de Justiça, Cidadania e Direitos Difusos. Essa iniciativa, no município de Cametá, buscou promover a sensibilização de profissionais sobre garantia de direitos fundamentais e fortalecer a cidadania por meio de campanhas educativas e atendimentos ao público. Com a referida ação a CMDV promoveu a inclusão social e o fortalecimento dos direitos humanos na RI Tocantins. Assim, por meio da criação do espaço de diálogos e conscientização, a CMDV construiu naquele território as bases da sociedade mais informada e participativa, onde todos têm a oportunidade de exercer plenamente seus direitos, e ao mesmo tempo preservar os direitos fundamentais de terceiros e o bem comum. no espaço da SEMAS foi realizado o seminário como ferramenta de aprendizagem para repassar as informações necessárias, o público atendido foram 20 servidores municipais da Secretaria de Assistência Social (SEMAS) e do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e CREAS. 15 pessoas (75%) se declararam ser do sexo feminino. 5 pessoas (25%) se declararam ser do sexo masculino.

**Região de Integração Xingu** - O Núcleo Regional de Justiça realizou as ações voltadas para a população feminina, realizadas em março no município de Altamira em comemoração o Dia Internacional da Mulher, enfatizando os Direitos das Mulheres. Foram realizadas palestras com as temáticas “Penhas não se Calem” e “A maior Homenagem que uma Mulher pode Receber é o Respeito, o objetivo visou promover o conhecimento, esclarecimento e conscientização sobre a violência contra a mulher, rompendo barreiras institucionais e sobre os direitos das mulheres. Nesses dois eventos foi alcanço um público de 272 pessoas. Outro evento foi a caminhada “Enfrentando as Violências contra as Meninas e Mulheres: Cuidado à saúde mental e mudanças climáticas.” Caminhada em apoio ao enfrentamento das violências contra as mulheres.

## **Avaliação Geral de Desempenho**

As ações realizadas ao longo do ano evidenciaram o impacto positivo do Apoio a Eventos como uma ferramenta de mobilização social e fortalecimento de políticas públicas. A superação da meta inicial demonstra a capacidade da SEJU em atender a demandas crescentes e diversificadas em diferentes contextos regionais. Os eventos atingiram públicos estratégicos e promoveram mudanças significativas na conscientização sobre temas cruciais como prevenção ao uso de drogas, combate à violência, empoderamento feminino e direitos da pessoa idosa. O sucesso das ações também se deve à integração com outros órgãos e instituições, que ampliaram o alcance e a eficácia das iniciativas, possibilitando a adaptação às especificidades de cada território.

## **Conclusão**

O Apoio a Eventos de Promoção de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos reafirmou o compromisso da SEJU com a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e consciente. A diversidade de atividades e a abrangência territorial das ações contribuíram para o fortalecimento da cidadania e a promoção de direitos fundamentais, impactando positivamente milhares de pessoas. A continuidade e ampliação dessas iniciativas são essenciais para consolidar políticas públicas que dialoguem diretamente com as necessidades da população. A SEJU segue determinada a ampliar o alcance dessas ações, promovendo transformação social e garantindo um futuro mais equitativo para todos os cidadãos do Pará.

# AÇÃO - 2271

## Promoção de Ações de Justiça e Cidadania

Esta iniciativa tem como meta o desenvolvimento e implementação de atividades que visam fortalecer conceitos e práticas de justiça e cidadania na sociedade. Ela se adapta aos objetivos específicos e ao contexto em que é inserida, buscando não só robustecer o entendimento e a aplicação dos princípios de justiça e cidadania entre os cidadãos, mas também promover o acesso à justiça e assegurar a proteção e respeito aos direitos civis e humanos.

### QUADRO DEMONSTRATIVO DE ATIVIDADES.

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO	MUNICÍPIOS	META PLANEJADA	META ALCANÇADA	% REALIZADO
ARAGUAIA	XINGUARA	40	46	115%
BAIXO AMAZONAS	JURUTI, ÓBIDOS, ORIXIMINÁ E SANTARÉM.	40	942	2.355%
CARAJÁS	MARABÁ E PARAUPEBAS	40	62	155%
GUAJARÁ	ANANINDEUA E BELÉM	500	8.615	1.723%
GUAMÁ	GUAMÁ CASTANHAL, MARACANÃ, SÃO CAETANO DE ODIVELAS E VIGIA DE NAZARÉ	40	165	412,50%
LAGO DE TUCURUÍ	TUCURUÍ	40	90	225%
MARAJÓ	BREVES.	40	153	383%
RIO CAETÉ	SALINÓPOLIS E SÃO JOÃO DE PIRABAS.	40	95	237%
RIO CAPIM	PARAGOMINAS	40	277	692%
TAPAJÓS	ITAITUBA	40	42	105%
TOCANTINS	CAMETÁ	40	46	115%
XINGU	ALTAMIRA	40	234	585%

Produto: Pessoa Atendida

## ANALISE DE DESEMPENHO DA AÇÃO

Em 2024, a Ação de Promoção de Ações de Justiça e Cidadania, coordenada pela Secretaria de Estado de Justiça (SEJU), alcançou resultados positivos ao atender demandas emergenciais e estratégicas das 12 Regiões de Integração do estado. Inicialmente, a meta era beneficiar 900 pessoas em 12 municípios, um por região, conforme o planejamento. Contudo, graças à análise pontual da equipe técnica e à reavaliação das prioridades regionais, a ação foi ampliada significativamente, atendendo 10.705 pessoas em 22 municípios, ou seja, um acréscimo de 10 localidades além das programadas. Essa expansão foi motivada por fatores como a substituição de Bragança pelos municípios de Salinópolis e São João de Pirabas, devido às demandas urgentes identificadas por meio de relatórios técnicos e solicitações diretas. Além disso, o atendimento foi ampliado para outras localidades com alta vulnerabilidade social, reafirmando o compromisso da SEJU com a inclusão e o acesso equitativo aos direitos fundamentais. Os municípios planejados incluíram Santarém (Baixo Amazonas), Marabá (Carajás), Belém (Guajará), Castanhal (Guamá), Tucuruí (Lago de Tucuruí), Breves (Marajó), Paragominas (Rio Capim), Itaituba (Tapajós), Cametá (Tocantins), Altamira (Xingu), Xinguara (Araguaia) e Bragança (Rio Caeté, posteriormente substituído). Já entre os municípios adicionais estão Juruti, Óbidos e Oriximiná (Baixo Amazonas), Parauapebas (Carajás), Ananindeua (Guajará), Maracanã, São Caetano de Odivelas e Vigia (Guamá), além de Salinópolis e São João de Pirabas (Rio Caeté).

**Região de integração do Araguaia** – Município de Xinguara atendeu a 45 pessoas, o atendimento de cidadania através de um diálogo enriquecedor, que proporcionou um espaço seguro e respeitoso para que os alunos da rede pública do município pudessem expressar suas perspectivas e dúvidas. Durante o diálogo, os facilitadores abordaram temas de extrema relevância, como os malefícios das drogas, orientando sobre os riscos e consequências do uso de substâncias psicoativas; à orientação cidadã, proporcionando um entendimento mais profundo de seus direitos e deveres, bem como das políticas públicas voltadas para a juventude. Um destaque especial foi dado ao ID Jovem, uma iniciativa que visa garantir benefícios importantes para os jovens de baixa renda, como descontos em eventos culturais, esportivos e de transporte interestadual. Essa abordagem não só informou, mas também empoderou os alunos, incentivando-os a se envolverem ativamente em sua comunidade e a utilizarem os recursos disponíveis para seu desenvolvimento pessoal e social.

**Região de integração Baixo Amazonas** – O atendimento em Juruti, com abordagem direta por meio da escuta qualificada para identificação de demandas referentes à regularização dos agricultores e pescadores auxiliando no uso adequado das plataformas governamentais os associados e interessados. Ocorreu em parceria com a Emater e comunidade Bom Pastor, onde foram realizados atendimentos referentes ao programa GOV.BR, com orientação individual para mulheres pescadoras sobre o auxílio-maternidade e RGP (Sistema de Registro Geral da Atividade Pesqueira).

No município de Óbidos, 8 pessoas atendidas, por meio do projeto Justiça no Campo e nas Águas, que receberam o auxílio para regularização como pescadores no RGP, na categoria de pescador e pescadora profissional. Em Oriximiná, os atendimentos foram resultados de solicitações da colônia z-41 de pescadores, que possuíam pendências em seus registros no PESQBRASIL. Esses atendimentos foram realizados e como resultado foi emitido a 1ª carteira de pescador profissional do município de Oriximiná. Outra realidade foram pessoas atendidas de forma online, em resposta aos pedidos enviados pela colônia Z-41 de pescadores, que tinham pendências em seus registros no PESQBRASIL. No município de Santarém foram 942 pessoas atendidas, com diferentes serviços com metodologias adequadas ao público. Alunos da rede pública do municipal e estadual, a metodologia utilizada foi escuta ativa restaurativa, a qual o objetivo é promover a empatia, fortalecer as relações e resolver conflitos de maneira colaborativa e inclusiva, e essa aplicação na escola mostrou-se eficaz nesse sentido, por meio de palestra educativa, tema sobre a prevenção ao uso de Drogas, compartilharam experiências pessoais, destacando amigos e familiares que utilizam drogas, e expressaram suas preocupações com o futuro, relataram que a juventude na faixa etária deles enfrenta muitos momentos de incerteza. Eles acreditam que a cultura, o esporte e o conhecimento são instrumentos valiosos que podem colaborar significativamente em seus projetos de vida. O Núcleo Regional de Justiça em Santarém atendeu 1.245 pessoas, que demandaram emissões de RG entre elas 1ª, 2ª e 3ª via; encaminhamentos de 2ª via de Certidões para os Cartórios Regionais, certidões de nascimento, encaminhamentos para certidões de casamento, averbação de casamento, serviço GOV.BR, CPF. Por meio do projeto Justiça no Campo e nas Águas, com abordagem direta, por meio da escuta qualificada para identificação de demandas referentes à regularização dos agricultores e pescadores auxiliando no uso adequado das plataformas governamentais os associados e interessados.

**Região de integração Carajás** – Nesta região foi o total de 62 pessoas atendidas, com diversidades de demandas, como a solicitação do município de Marabá para que os técnicos da sede SEJU acompanhassem casos de denúncias de violação de direitos no Estado, com a necessidade de acompanhamento através do CAPS, e CRAS e para inclusão em Programas Sociais, devido a situação grave da violação. O Núcleo Regional de Justiça em Marabá atendeu as demandas como orientações, encaminhamentos para emissão de Certidões e Averbação de Casamento, e de RG, o público atendido foram membros da comunidade em geral e especialmente à população em situação de vulnerabilidade social e econômica.

**Região de integração do Guajará** – Na Região os municípios de Ananindeua e Belém receberam as Ações de Promoção de Ações de Justiça e Cidadania, a qual tem como objetivo assegurar o acesso à Justiça, regularização documental migratória, o direito a cidadania por meio do serviço de emissão do Registro Geral (RG), bem como, atendimento especializado por meio de uma equipe multidisciplinar e a serviços da rede protetiva local, serviços de cadastrado no GOV.BR e no Sistema de Registro Geral da Atividade Pesqueira/RGP .

O público atendido foram membros da comunidade em geral, pescadores, migrantes, refugiados, solicitantes de refúgio, apátridas e especialmente à população em situação de vulnerabilidade social e econômica. Em Belém o atendimento às pessoas é realizado na Secretaria de Justiça no Espaço da Pessoa Refugiada e Migrante, nas coordenações de Cidadania, de Monitoramento de Direitos Violados/CMDV e no Projeto Justiça no Campo e nas águas.



O expressivo interesse da população pelos serviços oferecidos é um claro testemunho da relevância das iniciativas em ampliar os atendimentos para o maior número de pessoas que necessitam dos serviços prestados pela SEJU. No ano de 2024 ocorreu um aumento substancial na demanda pelos serviços na Sede da SEJU, especialmente no de emissão de RGs, serviços Gov.br, cidadania itinerante, RG inclusivo e o meu 1º RG, tal feito, foi reflexo no alcance e superavit da meta predeterminada no PPA, esse crescimento na procura não apenas valida a missão de atendimento da Secretaria de Justiça do Estado, mas também reforça o compromisso contínuo de oferecer serviços acessíveis, de forma gratuita e eficaz a todos os cidadãos, promovendo o bem-estar e a inclusão social. Os resultados apresentados durante o ano de 2024 evidenciou que a metodologia aplicada e a dedicação dos servidores, obtiveram êxito em sua execução nas atividades propostas. Através de serviços integrados e orientados para as necessidades dos cidadãos, foi possível promover a inclusão social, facilitar o acesso aos direitos fundamentais e fortalecer a cidadania. Ações de Justiça e Cidadania no município de Ananindeua foram demandas solicitadas pela comunidade local que foram realizadas por meio de Ações Sociais e Mutirão nos quais 200 pessoas foram atendidas com serviços de emissão de RG, orientações jurídicas.

**PROJETO RG INCLUSIVO** - Este serviço permanente, oferecido por meio desta Coordenadoria, integra a política de promoção de cidadania da Secretaria e tem como objetivo facilitar o acesso à documentação de pessoas com deficiência (PCD), dificuldades de locomoção, idosos e pacientes em tratamento de saúde. Para pessoas com deficiência, o documento de identidade inclui a especificação do tipo de deficiência – seja visual, física, motora, mental ou intelectual, auditiva ou paralisia cerebral. É importante destacar que o atendimento domiciliar para a emissão da identidade foi criado justamente para facilitar a vida dessas pessoas, garantindo o acesso aos seus direitos básicos de cidadania sem a necessidade de sair de casa. Desta forma, este serviço prestado assegura que todos, independentemente de suas condições, possam obter documentos essenciais, como a carteira de identidade. A equipe responsável desloca-se até o local onde o solicitante se encontra, levando todos os equipamentos necessários para realizar a emissão de forma segura e eficiente. Além de ser um direito garantido por lei, o atendimento domiciliar também promove a inclusão e a equidade, garantindo que todos tenham acesso aos serviços públicos de maneira justa e digna.

No ano de 2024 dos solicitantes, 41% possuem deficiência física que dificultam ou impossibilitam a sua locomoção, 33% são pacientes acamados, ou seja, estão em uma condição de saúde que os mantém em repouso constante, muitas vezes em fase de recuperação de procedimentos médicos ou em tratamentos que demandam cuidados contínuos. A maioria das solicitantes são mulheres, preenchendo um quantitativo de 67%. O adoecimento em mulheres, particularmente em contextos de deficiência, acamamento ou dificuldades de locomoção, apresenta uma realidade que muitas vezes é invisibilizada, mas que carrega impactos profundos nas dinâmicas sociais e familiares. O acesso a serviços e direitos básicos, como a emissão de documentos, torna-se um desafio adicional, pois muitas vezes essas mulheres são impossibilitadas de buscar esse atendimento devido à própria fragilidade de saúde, agravada pela falta de apoio social ou familiar. O serviço de emissão domiciliar de documentos, por exemplo, representa uma ação de inclusão e reconhecimento da necessidade dessas mulheres, permitindo que elas tenham acesso a seus direitos sem a exigência de deslocamento, o que seria muitas vezes inviável ou prejudicial à sua saúde. Em sua maioria, com 83% dos solicitantes, residem em Belém, o que sugere que a maior parte da população atendida por este serviço está concentrada em áreas urbanas, onde a disponibilidade de serviços de saúde e assistência é maior, mas a mobilidade urbana pode ser um desafio devido ao tráfego, à falta de transporte adequado e às condições de acessibilidade. Sendo assim, este serviço é uma resposta direta às necessidades de um público que, devido a condições de saúde ou mobilidade, enfrenta obstáculos significativos para acessar serviços públicos essenciais. Para as pessoas com deficiências físicas, pacientes acamados e em situações de vulnerabilidade, a emissão de documentos como o RG, se torna uma tarefa extremamente difícil, muitas vezes impedindo o exercício de seus direitos de cidadania.

**PROJETO MEU 1º RG** - A emissão da primeira via do RG para crianças é uma medida essencial para assegurar o pleno exercício da cidadania e o acesso a direitos fundamentais desde os primeiros anos de vida. O Registro Geral (RG) é um documento de identificação necessário para que as crianças possam usufruir de uma série de serviços e benefícios sociais que exigem a comprovação de identidade. Esse processo não se limita apenas a um documento de formalidade, ele se configura como um mecanismo de inclusão social, garantindo que as crianças possam participar ativamente da sociedade e acessar os serviços públicos de maneira equitativa.



A emissão da primeira via do RG

Outro aspecto importante é que a falta de documentação também prejudica o acesso a programas sociais e assistenciais. Muitos benefícios, como o Bolsa Família, programas de inclusão e outros auxílios governamentais, exigem a apresentação do RG como comprovante de identidade para que a criança seja incluída nas famílias beneficiárias. O acesso a esses programas de assistência social é um direito fundamental que visa reduzir desigualdades sociais e promover a inclusão de todas as crianças, independentemente de sua condição socioeconômica. Ademais, a falta de um RG pode ser um fator de vulnerabilidade, uma vez que dificulta a identificação da criança em casos de emergência, desaparecimentos ou situações de risco. Sendo assim, foi realizado em 2024 uma ação MEU 1º RG para reforçar essas necessidades e assim garantir esse acesso, refletindo diretamente na qualidade de vida das crianças atendidas e, conseqüentemente, no fortalecimento de políticas públicas voltadas para a promoção da cidadania. Além disso, grande parte das famílias desses usuários possuem uma renda mensal de até um salário-mínimo, com 80%. Esse perfil revela a realidade social de muitos cidadãos que, embora sejam parte integrante da sociedade, enfrentam barreiras socioeconômicas e de acessibilidade aos serviços públicos.

A presença de famílias de baixa renda entre os solicitantes evidencia a importância de políticas públicas que promovam a inclusão de forma equitativa, garantindo que todas as camadas da população, independentemente de sua condição socioeconômica, tenham pleno acesso aos seus direitos fundamentais. Nesse contexto, a emissão do RG não é apenas uma formalidade, mas uma ferramenta essencial para o exercício da cidadania, permitindo que essas crianças e suas famílias tenham acesso a outros serviços públicos e possam ser plenamente reconhecidos como cidadãos. A faixa etária com a maior procura dos serviços oferecidos na Sede na Coordenação de Cidadania está entre os adultos e idosos, que buscam o serviço pela necessidade de regularização de documentação, renovação e atualização para atividades cotidianas de admissão em empregos, contratos, benefícios sociais e assistenciais, como a aposentadoria, assistência médica, entre outros serviços que estão ligados às políticas que incentivam a atualização de documentos para manter a elegibilidade desse público.

**No Espaço do Refugiado e Migrante/SEJU** 108 pessoas atendidas com demandas referentes à regularização migratória de pessoas migrantes, solicitantes de refúgio e refugiadas, assim como, para identificação de outras demandas, a fim de garantir o acesso dessas populações à rede socioassistencial. No período de janeiro a dezembro de 2024 foram atendidas cento e oito (108) pessoas migrantes, solicitantes de refúgio e refugiadas de seis (06) nacionalidades: Venezuela, Cuba, Colômbia, Haiti, Uruguai e Argentina, de acordo com o perfil abaixo descrito. Foram atendidas setenta e oito (78) pessoas da Venezuela, dezoito (18) de Cuba, três (03) da Argentina, sete (07) da Colômbia, um (01) do Haiti e um (01) do Uruguai, com prevalência de cidadãos venezuelanos, especialmente de indígenas da etnia Waraos, resultante de atividade dirigida a essa população, em apoio ao ACNUR, que aconteceu em maio/2024.

É notável no que tange aos atendimentos realizados no período mencionado, a necessidade de articulações institucionais e encaminhamentos para a rede socioassistencial e para as demais políticas setoriais, dada as especificidades das demandas apresentadas. Tais estratégias de intervenção técnica foram imprescindíveis para garantir a inserção social e garantia de direitos básicos da população, por meio do acesso das pessoas atendidas aos serviços das redes de proteção locais, a fim de promover a migração segura a partir da regularização documental.

**Projeto Justiça no Campo e nas Águas:** Este projeto desempenha um papel crucial e tem como Missão Garantir a Aplicação Justa e Efetiva das Leis no Campo e nas Águas, protegendo os direitos dos trabalhadores rurais e pescadores, combatendo a desigualdade e promovendo o desenvolvimento sustentável das comunidades, através de uma gestão transparente, participativa e comprometida com a justiça social. Na sede da SEJU são realizadas orientação e suporte ao cadastramento e a atualização cadastral dos pescadores nos sistemas PesqBrasil, sistema necessário para emitir a carteira de pescador sendo a porta de entrada para benefícios como auxílio-doença, auxílio-maternidade, aposentadoria e seguro defeso. Essas ações são fundamentais para assegurar a inclusão social e fortalecer as atividades produtivas da região, contribuindo para a segurança jurídica e o bem-estar das comunidades pesqueiras e agrícolas. Em 2024, o projeto já atendeu 522 pessoas nos municípios de Belém (393). Um destaque significativo foi o atendimento realizado na Ilha de Mosqueiro, distrito de Belém, onde 348 pescadores e pequenos agricultores receberam assistência, facilitando o acesso a documentos essenciais que garantem a participação ativa na sociedade e promovem o desenvolvimento econômico e social dessas comunidades.

**Na CMDV** por meio da Promoção de Ações de Justiça e Cidadania atua na linha tênue entre a urgência e a sensibilidade, ao lidar com questões complexas que vão desde os direitos da população carcerária até a proteção contra a violência doméstica e o feminicídio. Cada atendimento é mais do que uma resposta técnica; ele se torna ato de cuidado e construção, que reforça a rede de apoio que busca a promoção dos direitos humanos como verdade tangível. Nessa dinâmica, a CMDV não apenas intermedia a relação entre a população e o sistema de justiça, mas também encarna a ideia da política pública que pulsa ao ritmo das necessidades sociais, traz presença real e compassiva onde o Estado parece distante. Em 2024, 167 pessoas foram atendidas na CMDV/SEJU.

Colaboração com entidades privadas e organizações da sociedade civil para ampliar o alcance dos serviços e melhorar a qualidade do atendimento ao cidadão foram estratégias visaram não apenas superar os desafios enfrentados, mas também garantir que os serviços públicos na região de Guajará sejam acessíveis, eficientes e capazes de atender às necessidades da população de forma satisfatória.

**Região de integração do Guamá** - Os municípios de Castanhal, Maracanã, São Caetano de Odivelas e Vigia de Nazaré, receberam as ações de Promoção de Ações de Justiça e Cidadania que foram realizadas em Castanhal meio da realização do Seminário que teve a temática “Os desafios relacionados à Violação de Direitos”, tanto coletivos quanto individuais. O objetivo foi sensibilizar e engajar profissionais da Rede de Serviços para o fortalecimento da Justiça, Cidadania e Igualdade Racial. Em novembro os municípios de Maracanã, São Caetano de Odivelas e Vigia de Nazaré foram atendidos com cadastramento no sistema PesqBrasil e atividades incluíram capacitação técnica que abordaram o uso do sistema PesqBrasil para obtenção de licenças de pescador profissional, Acesso ao Registro Geral de Pesca (RGP) e direitos previdenciários, bem como orientações para regularização documental. Realização de oficinas de capacitação em sistemas federais de regularização, 75 pessoas foram atendidas.

**Região de integração Lago de Tucuruí** – No município de Tucuruí a ação foi executada por da Palestra sobre Violações de Direitos, o público alcançado foram 90 profissionais Rede de Serviços das áreas de Assistência Social, Educação, Saúde e Rede de Proteção Local. Percebeu-se que a partir das discussões na atividade gerou-se motivação entre os profissionais presentes despertando ampliação de olhares empáticos e acolhedores no atendimento e prevenção às violações de direitos.

**Região de integração do Marajó** - Núcleo Regional de Justiça do Marajó 153 pessoas que foram atendidas com os serviços de cadastro de contas GOV.BR; verificações de CPF; impressão do cartão do SUS; Agendamentos de RG; Emissão do Cartão ID Jovem; orientações e entrega de encaminhamento para emissão gratuita de 2ª via gratuita de Registros Cíveis de Nascimento e de Casamento, o público alcançado foram pessoas da cidade e ribeirinhos dos municípios de Anajás e Breves. O objetivo da ação foi assegurar o acesso à Justiça, o direito à identidade e a Cidadania por meio dos serviços oferecidos.

**Região de integração Rio Caeté** – Em julho os municípios Salinópolis e São João de Pirabas receberam o Projeto de Justiça no Campo e nas Águas uma iniciativa bem sucedida que destacou a importância da proximidade com as comunidades pesqueiras do Pará, especialmente durante o período do Verão 2024. As ações demonstraram um forte engajamento dos pescadores locais. As pessoas foram atendidas com o Sistema do Gov.BR é um projeto de unificação dos canais digitais do governo federal, com o REAP - Relatório de Exercício da Atividade Pesqueira é a condição para que o pescador profissional artesanal mantenha sua licença ativa junto ao Ministério da Pesca e Aquicultura e com o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF) é o instrumento para identificar e qualificar o público beneficiário da Política Nacional da Agricultura Familiar (Lei nº 11.326/2006).

**Região de integração Rio Capim** - o Núcleo Regional de Justiça, em Paragominas, realizou Ações de Justiça e Cidadania que tiveram como objetivo assegurar o acesso à Justiça, o direito à identidade e a Cidadania por meio do acesso, emissão e a entrega de Carteira de identidade, serviços GOV.BR, o público atendido foram membros da comunidade em geral e especialmente à população em situação de vulnerabilidade social e econômica, ao todo foram 277 pessoas.

**Região de integração Tapajós** – Em Itaituba as ações foram votadas para a garantia dos direitos ao acesso à Justiça, Cidadania promovendo o acesso ao documento identitário civil, o serviço destinou-se aos membros da comunidade em geral, especialmente à população em situação de vulnerabilidade social e econômica, com interesse em possuir ou renovar a carteira de identidade, 2ª via de Certidões de Nascimento, óbito e Casamento e serviços da plataforma GOV.BR.

**Região de integração Tocantins** - Em Cametá, a SEJU promoveu ações com foco no engajamento da comunidade no processo de conscientização sobre cidadania e justiça social, promovendo atividades que incentivassem a população e servidores a se envolverem ativamente na defesa de seus direitos e no fortalecimento do compromisso cívico com a igualdade e a justiça, como orientações jurídicas e sobre o enfrentamento as violações de direitos. Essas ações na RI do Tocantins demonstraram o compromisso da Secretaria com a promoção da sociedade mais informada, justa e inclusiva, no município 46 pessoas foram atendidas. O público específico definido foram pessoas em vulnerabilidade socioeconômica beneficiários do BPC.

**Região de integração Xingu** - O Núcleo Regional de Justiça do Xingu, sede em Altamira, ofereceu serviços essenciais na sede desse núcleo e aos moradores de bairros distantes do centro urbano da cidade de Altamira e a famílias da Ilha do Urubuquara, pertencente ao arquipélago das Ilhas Grandes do Itapuama, no recorte do rio Xingu. Os serviços oferecidos foram de recuperação de senhas e o cadastro de contas no gov.br, além de agendamentos para emissão de Registro Geral (RG) para o posto de identificação da PC, Carteira de Trabalho Digital, e Cadastro e Situação Cadastral de Pessoa Física (CPF) e processo de entrada no seguro desemprego, esses serviços são essenciais para a garantia de direitos e o acesso a serviços públicos fundamentais.

#### **PARCERIAS ESTRATÉGICAS:**

A Colaboração com entidades privadas e organizações da sociedade civil favoreceram a ampliação e o alcance dos serviços e melhorar a qualidade do atendimento ao cidadão. Essas estratégias visam não apenas superar os desafios enfrentados, mas também garantir que os serviços públicos na região sejam acessíveis, eficientes e capazes de atender às necessidades da população de forma satisfatória.

## **Análise Geral de Desempenho**

A ação apresentou resultados excelentes, superando significativamente as metas inicialmente planejadas e evidenciando a elevada capacidade técnica e organizacional da equipe técnica. Destacou-se por sua ampla abrangência regional, atendendo tanto às áreas previstas quanto a municípios não programados, com foco especial em localidades de alta vulnerabilidade social. As atividades foram cuidadosamente adaptadas às necessidades específicas de cada região, incluindo a emissão de documentos, orientações jurídicas, regularização de pescadores, capacitação técnica e atendimento às comunidades ribeirinhas, indígenas e migrantes. O impacto positivo foi potencializado por parcerias estratégicas com entidades públicas, privadas e da sociedade civil, o que garantiu maior alcance e eficácia na execução das ações.

## **Conclusão**

Os resultados obtidos pela ação evidenciam o compromisso da SEJU com a promoção de justiça, cidadania e inclusão social. A superação das metas planejadas e o atendimento eficiente de demandas emergenciais reforçam a relevância do trabalho integrado entre os Núcleos Regionais de Justiça, a sede administrativa e os parceiros envolvidos. Essa articulação permitiu levar serviços essenciais às populações mais vulneráveis, fortalecendo a cidadania, ampliando o acesso a direitos fundamentais e promovendo uma sociedade mais justa e igualitária. A experiência acumulada e os resultados alcançados consolidam a ação como essencial para o desenvolvimento social no estado.

# PROGRAMA/FEDDD:

## CIDADANIA, JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS/FEDDD

### • AÇÃO 8801 - PROMOÇÃO DOS DIREITOS DIFUSOS – ATENDIMENTO E ORIENTAÇÃO AO CONSUMIDOR

Considerando a insuficiência de recursos na Unidade Gestora (UG) 18102 - Fundo Estadual de Defesa dos Direitos Difusos (FEDDD), que seriam necessários para viabilizar a programação e as metas do Procon previstas no Plano Plurianual (PPA) da SEJU para 2024, foi necessário realizar o custeio por meio da Unidade Gestora 18101 - Secretaria de Justiça (SEJU). Assim, todas as informações relacionadas à execução das ações e metas programadas foram registradas no quadro analítico do objetivo "Cidadania, Justiça e Direitos Humanos". Essas informações foram alocadas nas respectivas ações "Promoção dos Direitos Difusos" e "Fiscalização de Estabelecimentos Comerciais, Produtos e Serviços", ambas financiadas pela UG 18101 - Secretaria de Justiça (SEJU). Essa reorganização orçamentária assegurou a continuidade e a efetividade das iniciativas programadas, garantindo o cumprimento das metas estabelecidas no PPA/SEJU/2024.

### • AÇÃO 8803 - FISCALIZAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS, PRODUTOS E SERVIÇOS PARA GARANTIA DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR

Considerando a insuficiência de recursos na Unidade Gestora (UG) 18102 - Fundo Estadual de Defesa dos Direitos Difusos (FEDDD), que seriam necessários para viabilizar a programação e as metas do Procon previstas no Plano Plurianual (PPA) da SEJU para 2024, foi necessário realizar o custeio por meio da Unidade Gestora 18101 - Secretaria de Justiça (SEJU). Assim, todas as informações relacionadas à execução das ações e metas programadas foram registradas no quadro analítico do objetivo "Cidadania, Justiça e Direitos Humanos". Essas informações foram alocadas nas respectivas ações "Promoção dos Direitos Difusos" e "Fiscalização de Estabelecimentos Comerciais, Produtos e Serviços", ambas financiadas pela UG 18101 - Secretaria de Justiça (SEJU). Essa reorganização orçamentária assegurou a continuidade e a efetividade das iniciativas programadas, garantindo o cumprimento das metas estabelecidas no PPA/SEJU/2024.

# PROGRAMA:

## GOVERNANÇA PÚBLICA

### • OBJETIVO : APRIMORAR O DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

O programa visa fortalecer a administração pública e garantir maior transparência nas atividades governamentais, promovendo serviços de qualidade à sociedade. As iniciativas em desenvolvimento têm como foco a qualificação constante dos servidores, a modernização dos processos administrativos e a melhoria na implementação das políticas públicas. Dessa forma, busca-se gerar resultados positivos para a população de maneira ampla e integrada, atendendo às demandas regionais e consolidando a eficiência nos serviços oferecidos através das ações implementadas.

### • AÇÃO 2245 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS

A ação de capacitação dos servidores públicos da Secretaria de Justiça (SEJU) foi implementada visando qualificar continuamente o quadro funcional da sede administrativa em Belém e dos Núcleos Regionais de Justiça situados nas regiões e municípios estratégicos do estado. O objetivo foi fortalecer as competências técnicas, modernizar os processos administrativos e ampliar a eficiência na implementação de políticas públicas, promovendo serviços de maior qualidade à população e atendendo às demandas regionais de forma integrada e estratégica. A ação foi exitosa ao promover a qualificação contínua de 43 servidores, aprimorando as competências, através da participação em eventos, cursos, palestras, seminários, workshops e congressos, oferecendo oportunidades para a troca de conhecimentos, atualização sobre práticas inovadoras e ampliação das habilidades necessárias à execução de funções administrativas e operacionais.

### • OBJETIVO : VIABILIZAR A GESTÃO ADMINISTRATIVA DO ESTADO AÇÕES :

O programa é fundamental para garantir a continuidade e o pleno funcionamento das atividades administrativas, assegurando a eficiência e a modernização da máquina pública. As ações descritas a seguir são direcionadas ao suporte direto aos servidores e à melhoria da infraestrutura administrativa, proporcionando condições que favoreçam a execução das políticas públicas com qualidade. Com abrangência em todo o estado, o programa gera impactos indiretos importantes em todas as regiões, contribuindo para a melhoria dos serviços prestados à população e para o fortalecimento da gestão pública.

### • AÇÃO 4668 - ABASTECIMENTO DE UNIDADES MÓVEIS DO ESTADO

#### **Análise de desempenho da ação**

A meta orçada foi de 28 unidades abastecidas mensalmente, com uma média anual de 20,17 unidades, resultando em um desempenho 27,98% inferior ao planejado. Esse desempenho reflete, em parte, a priorização de recursos decorrente das medidas de austeridade fiscal implementadas pelo governo, assim como as medidas internas de controle e adequação operacional, gerando impacto direto no abastecimento das unidades.

## • AÇÃO 8311 - CONCESSÃO DE AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

### **Análise de desempenho da ação**

Foram beneficiados, em média, 136,42 servidores mensalmente, frente à meta orçada de 220 servidores, o que representa uma execução 37,99% inferior ao planejado. Essa redução está diretamente relacionada à diminuição do quadro de servidores devido a cessão, aposentadorias e licenças. Com menos servidores em atividade, a demanda pelo auxílio foi reduzida, o que contribuiu para a adequação da despesa aos limites fiscais impostos.

## • AÇÃO 8312 - CONCESSÃO DE AUXÍLIO TRANSPORTE

### **Análise de desempenho da ação**

Com uma meta orçada de 220 servidores beneficiados por mês e uma realização média de 168,92 servidores, o desempenho foi 23,22% inferior ao planejado. A redução do número de servidores ativos impactou diretamente a demanda por este benefício. A saída de servidores por aposentadoria ou cessão, aliada às restrições fiscais, resultou em uma execução ajustada às condições reais do quadro funcional.

## • AÇÃO 8338 - OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES ADMINISTRATIVAS

### **Análise de desempenho da ação**

A meta orçada de 35 contratos mensais foi atendida com uma média de 25,42 contratos, representando uma execução 27,38% inferior ao planejado. O ajuste nos contratos administrativos reflete a reorganização da estrutura interna da Secretaria em resposta à priorização de recursos decorrente das medidas de austeridade fiscais implementadas pelo governo.

## • AÇÃO 8339 - OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES DE RECURSOS HUMANOS

### **Análise de desempenho da ação**

A meta orçada de 220 servidores remunerados mensalmente foi cumprida em 88,94%, com uma realização média de 195,67 servidores. A redução no número de servidores ativos, decorrente de aposentadorias, licenças e cessões, contribuiu para a diminuição das despesas com remuneração. Essa redução foi crucial para adequar as despesas com pessoal aos limites fiscais, sem comprometer os serviços essenciais da Secretaria.

# EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PPA 2024/SEJU

A gestão orçamentária e financeira da Secretaria de Estado de Justiça (SEJU) em 2024 compreendeu uma série de procedimentos executados de maneira contínua e ininterrupta, essenciais para sustentar as operações governamentais. Este processo é fundamental para a manutenção dos Programas de Cidadania, Justiça e Direitos Humanos, Governança Pública e Manutenção da Gestão.

O orçamento público da SEJU, administrado por meio da Coordenadoria do Núcleo de Planejamento (NUPLAN) e da Diretoria de Administração Financeira, representa a previsão de receitas e despesas para o ano, refletindo as prioridades e compromissos do estado com a sociedade.

A gestão orçamentária é definida pelo emprego dos créditos alocados no orçamento, conhecidos como Lei Orçamentária Anual (LOA), que estabelece diretrizes, prioridades e metas para o exercício financeiro. A LOA é elaborada com base no Plano Plurianual (PPA) e na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Em 2024, a SEJU destinou os ativos financeiros com o objetivo de cumprir os projetos e atividades designadas às unidades orçamentárias, garantindo a alocação eficiente dos recursos disponíveis e que as despesas fossem realizadas conforme o planejado na LOA.

Uma gestão financeira eficaz é essencial para a sustentabilidade fiscal e para a realização das políticas públicas, sendo imprescindível para a manutenção de programas importantes, como os de Cidadania, Justiça e Direitos Humanos, Manutenção da Gestão e Governança Pública.

## DESPESAS DE CUSTEIO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

São gastos correntes realizados para manter os serviços públicos em funcionamento.

Exemplos: Despesas de Custeio

- a. Pessoal: salários, benefícios, encargos sociais.
- b. Manutenção: manutenção predial e combustível para os veículos.
- c. Serviços: energia, água, telefone, internet.
- d. Materiais: material de expediente, material limpeza.
- e. Treinamento e desenvolvimento: capacitação de servidores.
- f. Despesas de comunicação: publicidade.
- g. Outras despesas: Pagamento de Diárias, contratos administrativos.



## RAZÕES TÉCNICAS

- 3.1- Aumento de demanda: Expansão de [percentual]% nas atividades finalística.
- 3.2- Contratação de serviços essenciais.

**Reativação de núcleos inoperantes:** Os núcleos regionais de Xinguara e Breves, no interior do estado foram reativados, ampliando o atendimento e a presença institucional em regiões anteriormente desassistidas.

**Melhoria na estrutura de atendimento:** 4 núcleos receberam investimentos em infraestrutura e pessoal, aumentando a eficiência e a qualidade dos serviços prestados à população.

**Gestão de contratos essenciais:** Formalização e execução de contratos estratégicos para a operação da Secretaria, assegurando a prestação de serviços indispensáveis, como transporte, manutenção de equipamentos, e fornecimento de insumos, em conformidade com os dispositivos legais e os princípios da economicidade e eficiência.

**Fortalecimento da logística:** Foram destinados veículos para os núcleos regionais, otimizando a logística de atendimento e suporte técnico-operacional, o que resultou em maior agilidade e eficiência na execução das ações.

## ANÁLISE FINANCEIRA

### • RECURSOS EXECUTADOS NO EXERCÍCIO DE 2024:

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 10.685.593,92
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 21.195.595,44
PROVITA	R\$ 4.469.182,84
TOTAL	R\$ 36.350.372,20

Fonte: SIAFI



Figura 1: NUPLAN/SEJU

## ANÁLISE FINANCEIRA

### • REPASSE DO PROVITA 2024

ESTADUAL	R\$ 1.391.759,74
FEDERAL	R\$ 3.077.423,10
TOTAL	R\$ 4.469.182,84

Fonte: SIAFI

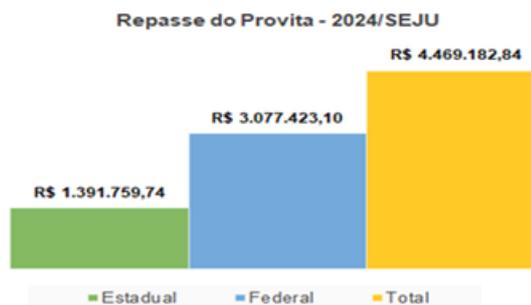


Figura 2: NUPLAN/SEJU

O Programa Estadual de Assistência às Vítimas, Testemunhas e Familiares de Vítimas de Crimes – PROVITA/PA, é gerido pela Secretaria de Estado de Justiça (SEJU), em conjunto com o Conselho Deliberativo (CONDEL), composto por representantes de entidades governamentais e da sociedade civil. A análise está fundamentada em dados operacionais, na legislação de criação do programa (Lei nº 9.807/1999, Decreto nº 3.518/2000, Lei Estadual nº 6.325/2000 e no Regimento Interno do Conselho Deliberativo) e nos princípios de cidadania, direitos humanos e acesso à justiça. O objetivo é evidenciar a conformidade do programa com suas diretrizes e o impacto de suas ações na sociedade paraense.

As principais diretrizes do programa incluem:

- Oferecer proteção integral a vítimas e testemunhas sob grave ameaça;
- Promover uma gestão integrada entre a SEJU, instituições parceiras e entidades conveniadas;
- Fornecer suporte financeiro, medidas de segurança e assistência social;
- Garantir o financiamento através orçamento estadual e repasses federal.

A execução do programa é supervisionada pela Coordenadoria de Monitoramento de Direitos Violados (CMDV), responsável pelo acompanhamento da entidade conveniada que operacionaliza o PROVITA/PA, atualmente o Grupo de Mulheres Brasileiras (GMB).

## CONCLUSÃO

O aumento de custeio é necessário para garantir a continuidade e eficiência dos serviços públicos.

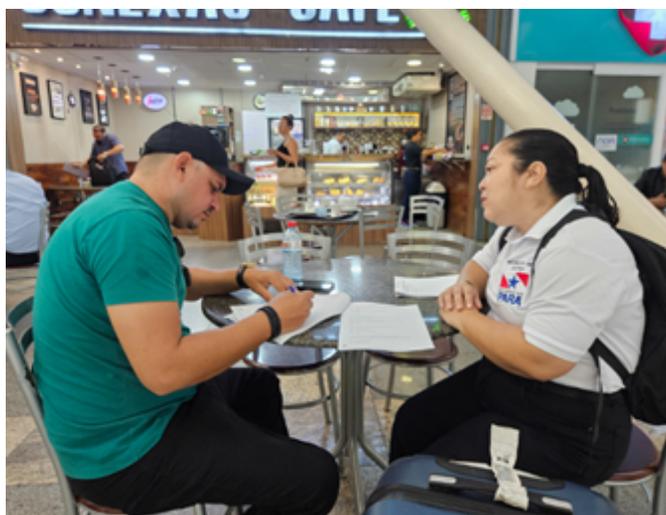
Por fim, cumpre-nos informar que esta secretaria atendeu o estabelecido no Decreto Estadual nº 4.025 de 01 de julho de 2024, o qual dispõe sobre medidas de racionalização a execução da despesa orçamentária no âmbito do Poder Executivo Estadual.

# AÇÕES DA OUVIDORIA DA SEJU

A Ouvidoria desempenha um papel crucial como intermediária entre os cidadãos e a Secretaria de Estado e Justiça, recebendo e tratando uma variedade de manifestações, incluindo reclamações, denúncias, elogios e sugestões sobre a qualidade dos serviços oferecidos pela Secretaria. Suas responsabilidades incluem investigar todas as questões levantadas, independentemente da forma como foram comunicadas, e notificar os órgãos pertinentes para obter esclarecimentos necessários, garantindo o acompanhamento das medidas adotadas.

O Ouvidor (ou Ouvidora) tem como principal objetivo estabelecer um espaço presencial e online dentro da Secretaria de Estado e Justiça, acessível para a população exercer o controle social, fornecendo um canal para receber feedback sobre o desempenho dos órgãos e serviços da Secretaria em todo o estado, enquanto assegura o sigilo e a confidencialidade das informações transmitidas.

Ouvidoria de Justiça - escuta da comunidade Aeroportuária em parceria com o PROCON para apurar eventuais problemas encontrados por passageiros de companhias aéreas, foi de grande importância às pesquisas de satisfação conduzidas pelo Procon, Diretoria do Consumidor pertencente a Secretaria de Justiça. A compreensão de que a prioridade principal é a satisfação do usuário/consumidor, que deposita sua confiança nas Políticas Públicas, acreditando que foram concebidas exclusivamente para atender às necessidades da sociedade.



Ouvidoria no aeroporto de Belém - PA

## MARÇO 2024

Dia Internacional da Mulher – evento organizado pela Ouvidoria voltada para a comemoração do dia Internacional da Mulher. A Ouvidoria de Justiça participou de um evento em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, onde buscou estabelecer parcerias, especificamente com os Bombeiros, visando a integração da Secretaria de Justiça no Projeto BomBeiros da Vida. Nessa ocasião, a SEJU se comprometeu a ser uma parceira ativa do projeto, oferecendo suporte e tornando-se um posto de coleta de vidros destinados à coleta de leite materno para o banco de leite da Santa Casa de Belém. Essa iniciativa visa estimular e facilitar a doação de leite materno, contribuindo para a saúde e bem-estar das crianças atendidas pela instituição



comemoração ao Dia Internacional da Mulher

Data: 08/03/2024

No dia 16 de março, o Dia do Ouvidor foi celebrado junto à Rede de Ouvidores do Estado do Pará, em um evento que incluiu uma ampla escuta da sociedade e a oferta de serviços essenciais. Entre esses serviços, destacou-se o lançamento do SIGO - Sistema Integrado de Ouvidorias, um canal de comunicação que promete agilizar e tornar transparente a interação do cidadão com os órgãos públicos. Serviço Oferecido no evento pela SEJU: Ouvidoria e Procon com Orientações sobre Direitos do Consumidor.



Participação no Dia do Ouvidor – Utinga - Data: 16/03/2024

### **CAFÉ COM A OUVIDORIA.**

Este projeto tem como objetivo realizar pesquisas de satisfação entre os usuários dos serviços da SEJU e, ao mesmo tempo, apresentar os serviços oferecidos pela SEJU. A cada três meses, a Ouvidoria leva até a Cidadania uma Coordenadoria, que, em um período de 30 minutos, fala sobre seus serviços e como os usuários podem ter acesso a eles. Com essa prática, os usuários conhecerão os serviços da SEJU e poderão se beneficiar dos mesmos. E, ao final é servido um café aos usuários pela Ouvidoria de Justiça.

**O projeto tem como objetivo apresentar a Carta de Serviços da SEJU,** destacando as Coordenadorias e Gerências que atuam em diversos segmentos. Na ocasião, foi iniciado o trabalho de Pesquisa de Satisfação, que visa medir o grau de satisfação dos usuários com o atendimento na SEJU. A pesquisa também busca verificar reclamações, denúncias, atender às solicitações de informações e catalogar os elogios recebidos pelos nossos servidores pela excelência no atendimento.



## Julho 2024

### Ação de Verão – Salinas

Período: 17 a 31/07/2024

Objetivo: realização de escuta e pesquisa social para a garantia da gratuidade para 2ª via de certidões

### Aniversário Meu 1º RG

Data: 11/10/2024

Objetivo: O projeto foi idealizado pela Ouvidoria em 11/10/2023, com o objetivo de beneficiar crianças de 0 a 12 anos. A iniciativa surgiu a partir de uma pesquisa que revelou que, embora as crianças possuam certidão de nascimento e CPF, o RG continua sendo o documento exigido por companhias de viagem, escolas e pelo INSS. Isso ocorre porque o RG, além de validar a identidade, contém a impressão digital, que é única para cada indivíduo.

Ao longo de um ano, o projeto atingiu e documentou 1.000 crianças. Todo o evento foi planejado com foco no atendimento aos pequenos, contando com o empenho de todos os servidores, que se dedicaram ao máximo para proporcionar o melhor serviço possível

O projeto foi elaborado após a constatação, durante ações de cidadania pelo território paraense, que muitas crianças não tinham documentos, por isso não podiam frequentar a escola ou ter acesso a outros direitos. “Às vezes, nem os pais têm noção de como é importante que seus filhos tenham o RG, e vão adiando. Essa ação é para reforçar que venham obter esses documentos, e também brincar com os pequenos”.



Ação de Verão – Salinas



Ouvidoria ativa nas ações do aniversário do meu 1º RG

## Outubro Rosa

Data: 25/10/2024

Objetivo: realizar palestra sobre a prevenção do câncer de Mama, para as servidoras e usuárias do atendimento da SEJU, falar da importância do autocuidado e do bem-estar da mulher, Parceria com a SESPA.



palestra sobre a prevenção do câncer de Mama

# RELATÓRIO FOTOGRÁFICO DAS AÇÕES

## • Ação de Verão em Salinópolis



## • Ações de prevenção às drogas na região do Lago do Tucuruí



• Secretaria de Justiça celebra 122 anos com ação de cidadania no Ver-o-Peso



• SEJU promove ações de cidadania e prevenção às drogas no Baixo Amazonas



• SEJU promove ações de cidadania para estudantes no Xingu



- SEJU, Santa Casa e Bombeiros se unem em campanha de doação de leite materno



- SEJU realiza 1ª Conferência de Migrações, Refúgio e Apatridia do Pará



- SEJU promove Ações Educativas nas escolas



• Ações de cidadania Guajará, Guamá, Rio Caeté, Rio Capim



# CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Relatório de Gestão 2024, mais do que um documento técnico, é um reflexo do compromisso da SEJU com a implementação de políticas públicas que promovam a justiça social, a inclusão e a cidadania em todas as regiões do Pará. Em um ano de desafio, os esforços incansáveis de servidores e parceiros tornaram possível a execução de ações e projetos que contribuíram diretamente para o avanço do Pará em direção a uma sociedade mais justa e inclusiva. O relatório também evidencia o compromisso com a sustentabilidade, alinhando suas ações aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e ao planejamento estratégico estadual, representado pelo Plano Plurianual 2024-2027. Olhando para 2025, projetamos expandir iniciativas, inovando processos de atendimento e fortalecendo as parcerias intersetoriais para ampliar ainda mais o alcance e a eficiência das políticas públicas. A realização da COP30 no estado representa uma oportunidade única para reafirmar o protagonismo do Pará em temas socioambientais e fortalecer a integração entre justiça e sustentabilidade. Com dedicação e visão de futuro, a SEJU seguirá firme no propósito de construir um estado que seja referência em equidade, cidadania e desenvolvimento.

**“TRANSFORMANDO DIREITOS EM REALIDADE, A SEJU CONTRIBUI CONTINUAMENTE PARA UM PARÁ MAIS JUSTO, INCLUSIVO E CIDADÃO”.**

Evandro Garla - Secretário de Estado de Justiça

**SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA - SEJU**

Endereço: Rua Vinte e Oito de Setembro, nº 339, Campina, Belém/PA,  
CEP 66010-100